



***UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
EFLCH – UNIFESP***

JOAQUIM W. FERREIRA

**UM RECADO E UMA PHOTOGRAFIA:
AS FOTOGRAFIAS VEICULADAS PELO JORNAL *O ESTADO DE SÃO PAULO*
DURANTE A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932**

GUARULHOS

2019

Joaquim W. Ferreira

**UM RECADO E UMA FOTOGRAFIA:
As fotografias veiculadas pelo jornal *O Estado de São Paulo* durante a Revolução
Constitucionalista de 1932**

Trabalho de conclusão de curso como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel e licenciado em História
Universidade Federal de São Paulo.

Área de concentração: História

Orientação: Prof^o Dr. Fernando Atique

**GUARULHOS
2019**

Joaquim W. Ferreira

**Um recado e uma photographia:
As fotografias veiculadas pelo jornal *O Estado de São Paulo* durante a Revolução
constitucionalista de 1932**

Trabalho de conclusão de curso como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel de Curso da Universidade Federal de
São Paulo.
Área de concentração: História

Aprovação: ____/____/____

Prof. Dr. Fernando Atique
Universidade Federal de São Paulo

Prof^a. Dra. Lucília S. Siqueira
Universidade Federal de São Paulo

Prof^a. Dra. Edilene Teresinha Toledo
Universidade Federal de São Paulo

Ferreira, Joaquim W.

Um recado e uma fotografia: as fotografias veiculadas pelo jornal O Estado de S. Paulo durante a Revolução constitucionalista de 1932/ Joaquim W. Ferreira. Guarulhos, 2019.

87fls.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) –Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2019.

Orientador: Fernando Atique.

A message and a photograph: the photographs present by newspaper *O Estado de S. Paulo* during the Constituonalist Revolution of 1932.

1. Brasil 2. História 3. Revolução constitucionalista, 1932. I. Atique, Fernando.
II. Um recado e uma fotografia.

À dona Cora, por me ensinar um caminho;
à Cecília, por toda esta nossa trajetória;
à Sophia, pelas coisas tão mais lindas;
e, aos que solidariamente me estendem o sorriso.

“O mundo não é intolerável enquanto a possibilidade de transformá-lo existe,
mesmo que negada.”

John Berger

Resumo

O trabalho aborda o discurso criado por meio das fotografias do jornal *O Estado de S. Paulo* durante a denominada Revolução Constitucionalista de 1932. O evento em tela é tratado na historiografia tradicional paulista como um momento em que a cidade de São Paulo esteve unida num mesmo propósito revolucionário, e, por outro lado, tem sido reavaliado à luz das discussões acerca da difusão do discurso sobre o mito do Bandeirante, que foi mobilizado, na época do conflito, como uma forma de encorajar as pessoas a guerrearem.. A monografia foi dividida em três partes. Na primeira, aborda-se uma reflexão do uso das fotografias como fonte para o trabalho do historiador. Na segunda, apresenta-se o conjunto fotográfico d' *O Estado de S. Paulo*, e, por último, a geolocalização e análise de parte do conjunto das fotografias veiculadas pelo jornal. Defende-se, então, a ideia de que, diariamente, a primeira edição do jornal *O Estado de S. Paulo* atuou como um aglutinador e difusor das ideias inerentes ao conflito, coadunando-se, por meio das imagens veiculadas, com as demais estratégias de mobilização da população, que lutaria como voluntários de guerra.

Palavras chave: 1932; São Paulo; Fotografias, O Estado de S. Paulo.

Abstract

This monograph deals with the discourse created through the photographs of the newspaper *O Estado de S. Paulo* during the so-called Constitutionalist Revolution of 1932. The event in question is treated in the traditional historiography about São Paulo, as a moment in which the city of São Paulo was united in the same revolutionary purpose, and, on the other hand, has been reevaluated in light of the discussions it brings about the diluted diffusion of the discourse on the Bandeirante myth, which was mobilized at the time of the conflict as a way to encourage people to fight. The monograph was divided into three parts. In the first one, it deals with a reflection on the use of photographs as a source for the historian's work. In the second, the work presents the photographic series of the *O Estado de S. Paulo*, and, finally, in the third part, we present the geolocation and analysis of part of the set of photographs conveyed by the newspaper. The result is, therefore, the idea that, daily, the first edition of the newspaper *O Estado de S. Paulo* acted as an agglutinator and diffuser of the ideas inherent in the revolution to the conflict. It was also the main vehicle of other population mobilization strategies, which it would fight as war volunteers.

Keywords: 1932; São Paulo; Photographs, The State of S. Paulo.

Tabela de gráficos

Gráfico 01	Tema das fotografias	p. 37
------------	----------------------	-------

Tabela e imagens

Imagem 01	<i>O Estado de S. Paulo</i> , 22 de julho de 1932	p. 27
Imagem 02	<i>O Estado de S. Paulo</i> , 14 de agosto de 1932	p. 31
Imagem 03	<i>O Estado de S. Paulo</i> , 14 de julho de 1932	p. 44
Imagem 04	<i>O Estado de S. Paulo</i> , 13 de julho de 1932	p. 45
Imagem 05	<i>O Estado de S. Paulo</i> , 26 de setembro de 1932	p. 47
Imagem 06	<i>O Estado de S. Paulo</i> , 07 de setembro de 1932	p. 48
Imagem 07	<i>O Estado de S. Paulo</i> , 20 de setembro de 1932	p. 49
Imagem 08	<i>O Estado de S. Paulo</i> , 15 de julho de 1932	p. 51
Imagem 09	<i>O Estado de S. Paulo</i> , 27 de julho de 1932	p. 52
Imagem 10	<i>O Estado de S. Paulo</i> , 11 de julho de 1932	p. 54
Imagem 11	<i>O Estado de S. Paulo</i> , 26 de julho de 1932	p. 56
Imagem 12	<i>O Estado de S. Paulo</i> , 19 de julho de 1932	p. 58
Imagem 13	<i>O Estado de S. Paulo</i> , 12 de julho de 1932	p. 60
Imagem 14	<i>O Estado de S. Paulo</i> , 13 de agosto de 1932	p. 61
Imagem 15	<i>O Estado de S. Paulo</i> , 13 de agosto de 1932	p. 63
Imagem 16	<i>O Estado de S. Paulo</i> , 30 de julho de 1932	p. 65
Imagem 17	<i>O Estado de S. Paulo</i> , 07 de agosto de 1932	p. 67
Imagem 18	<i>O Estado de S. Paulo</i> , 12 de julho de 1932	p. 69
Imagem 19	<i>O Estado de S. Paulo</i> , 10 de agosto de 1932	p. 71
Imagem 20	<i>O Estado de S. Paulo</i> , 20 de agosto de 1932	p. 73
Imagem 21	<i>O Estado de S. Paulo</i> , 04 agosto de 1932	p. 75
Imagem 22	<i>O Estado de S. Paulo</i> , 22 de julho de 1932	p. 77

Tabela de mapas¹

Mapa 01	Geolocalização das fotografias no Sara Brasil	p. 40
Mapa 02	Rua Brigadeiro Tobias, Centro, São Paulo	p. 44
Mapa 03	Estação do Norte, Brás, São Paulo	p. 46
Mapa 04	Rua Guilherme Maw, Bom Retiro, São Paulo	p. 47
Mapa 05	Rua XV de Novembro, Centro, São Paulo	p. 50
Mapa 06	Praça da República, Centro São Paulo	p. 51
Mapa 07	Rua Padre Chico, Perdizes, São Paulo	p. 53
Mapa 08	Largo do Palácio, Centro, São Paulo	p. 54
Mapa 09	Campo de Marte, Sant' Anna, São Paulo	p. 56
Mapa 10	Campo de Marte, Sant' Anna, São Paulo	p. 58
Mapa 11	Estação do Norte, Brás, São Paulo	p. 60
Mapa 12	Rua Martha, Campos Elísios, São Paulo	p. 62
Mapa 13	Rua da Cantareira, Parque Dom Pedro, São Paulo	p. 65
Mapa 14	Rua Santa Isabel, Centro, São Paulo	p. 67
Mapa 15	Rua Libero Badaró, Centro, São Paulo	p. 69
Mapa 16	Rua Barão de Limeira, Centro, São Paulo	p. 71
Mapa 17	Rua Madalena, Vila Madalena, São Paulo	p. 73
Mapa 18	Praça da Sé, Centro, São Paulo	p. 75

¹Todos os mapas utilizados neste trabalho foram obtidos na base Sara Brasil, disponível em http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx, acessado em 28 de setembro de 2019.

Sumário

Apresentação.....	Pág. 11
Capítulo 1	
O poder da fotografia como objetividade e como fonte histórica	Pág. 13
Capítulo 2	
Paulistas refletidos no imagético d' <i>O Estado de S. Paulo</i>	
2.1 Bandeirantes: mito, discurso, memória e guerra	Pág. 23
2.2 Descrição do conjunto de fotografias do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	Pág. 35
Capítulo 3	
Análise fotográfica e os locais onde as fotografias foram batidas	Pág. 43
Considerações finais.....	Pág. 79
Bibliografia.....	Pág. 82

Apresentação

Após quatro ou cinco anos de estudos, escolher um tema e escrever sobre ele, talvez seja tarefa muito mais difícil de realizar que o posterior tema escolhido para o mestrado ou doutorado. Acontece que quando se é estudante apaixonado pelo que se estuda tudo é motivo de flerte, daí a necessidade de centrar-se e buscar no cipoal de pensamentos e reflexões o que de fato faria sentido comunicar aos demais de forma não apenas como domínio da técnica a que se preparou durante os quatro ou cinco anos, mas também com razão, sentido e uma pitada de paixão. Assim, para entender este tema de pesquisa, é necessário que antes se entenda a questão que me levou a ele.

Acontece que sempre tive paixão por horas de caminhada, sem pressa, pelo centro da cidade de São Paulo, simplesmente para contemplar a fachada dos prédios e a expressão das pessoas que apressadas apenas passam, sem olhar e imaginar o tempo de vida, ou de passado que pesa sobre as portas da igreja de Santo Antônio na praça do Patriarca, e mesmo a estátua de José Bonifácio que outrora contemplava o horizonte e hoje se vê refletido num prédio misto de vidro e concreto que um dia foi considerado moderno e hoje é parte da história da arquitetura da cidade.

Foi numa dessas caminhadas que me surgiu uma questão. Se a Revolução Constitucionalista de 1932, que São Paulo tanto se orgulha, inicia-se com a morte dos quatro mártires reconhecidos simbolicamente pelas siglas de M. M. D. C.², na esquina da Praça da República com a Rua Barão de Itapetininga, porque os monumento e comemorações acontecem no Brooklin, numa rica zona sul de São Paulo? Foi nesse momento que iniciei uma breve pesquisa para entender as comemorações do quarto centenário da cidade de São Paulo e a inauguração dos monumentos às Bandeiras e Memorial do Soldado Constitucionalista de 1932.

Esta primeira pesquisa me fez concluir que deveria recuar um pouco mais no tempo, entender a formação da ideia do bandeirante, mito simbólico da formação do povo paulista, entender de que maneira este mito foi usado no discurso durante uma disputa entre o estado e os Federalistas ao ponto de guerrear, São Paulo de fato construiu um mito e o ativou por meio dos mais diversos discursos e em tempos diferentes como forma de sustentar uma identidade que ora se aglutina como se não houvesse diferença na sua população. Curiosamente, a identidade

² MMDC é o acrônimo para Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo. Estes quatro nomes remetem aos jovens Mário Martins de Almeida, Euclides Miragaia, Dráusio Marcondes de Sousa e Antônio Camargo de Andrade, envolvidos na luta contra as tropas federais, em 1932, e se tornaram sinônimo de um suposto martírio paulista.

paulista aglutinou-se, nas primeiras décadas do século XX, em torno de uma imagem e de uma ideia de bandeirantismo, como sinônimo de bravura, coragem, liderança e objetividade de ações, que foram grandemente mobilizadas no conflito de 1932 contra o governo getulista.

Foi na pesquisa de construção deste mito do bandeirante que me deparei com as ideias de José Maria Lisboa, pois este vindo de Portugal fundara o *Almanach Literário de São Paulo* no qual elucidava aos seus leitores acerca da necessidade de se forjar uma identidade paulista que a diferenciasse do restante do Brasil, ideia que talvez tivesse prevalecido quando da fundação de seu outro veículo de comunicação, o que se provou ser verdade por meio da pesquisa. Por isso, a procura por uma fonte que tivesse tido grande circulação durante o período de combate, e que contivesse diluído no corpo de seu discurso a ideia do bandeirante como aglutinador da população estava justamente no legado de José Maria Lisboa, num veículo de comunicação ainda hoje ativo como um dos maiores jornais do país *O Estado de S. Paulo*.

Assim, o presente trabalho pretende demonstrar de que maneira o discurso visual criado por meio das fotografias do jornal *O Estado de S. Paulo*, que circularam durante a chamada Revolução constitucionalista de 1932 demonstram uma São Paulo unida em um mesmo propósito, o qual, de certa forma, vem imbuído do mito do Bandeirante como forma de encorajar as pessoas ao combate e, ao mesmo tempo, dar unidade ao povo paulista.

A monografia foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo buscou-se entender de que forma as fotografias servem como fonte ao trabalho do historiador. Em seguida, no segundo capítulo, apresenta-se a trajetória do fundador do jornal *O Estado de S. Paulo*, José Maria Lisboa, para podermos entender a construção do bandeirante enquanto discurso que o jornal preservou da sua fundação até a eclosão da “guerra dos paulistas”. E por último, a apresentação, geolocalização e análise de parte do conjunto de fotografias veiculadas pelo jornal.

Capítulo 1

O poder da fotografia como objetividade e como fonte histórica

Quando um historiador decide que trabalhará com fotografias em sua pesquisa, é muito comum que em alguns casos a *história da fotografia* se confunda com a pesquisa histórica, que tem como *fonte primária* a fotografia. No primeiro caso trata-se, de forma rasa, da história da técnica, do artefato, do advento fotográfico. No segundo caso temos um tema em questão que se sustenta por meio do registro fotográfico, cotejado por uma bibliografia especializada. Este “objeto” de estudo que obedece uma metodologia, e é comum a constituição de uma seriação, a formação de um conjunto que seja capaz de conduzir o pesquisador ao que se olhava, ao que se pensava e ao que importava no período em tela.

Por isso, a presente pesquisa optou pelo conjunto de fotografias veiculadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* durante a chamada Revolução de 1932³. Para efeito do que este trabalho procura demonstrar, poderiam ser mobilizadas as fotos de um outro jornal, desde que fosse um conjunto fotográfico capaz de dar informações sobre o mesmo tema, o que acarretaria em diferentes aspectos, abordagens e pontos de vista, obviamente, mas igualmente esclareceriam acerca do(s) discurso(s) sobre o levante.

Independentemente do veículo de comunicação, ou da trajetória que as imagens tiveram, o pesquisador que buscar entender o que se passou por meio do registro fotográfico, passará pela metodologia posta por Ulpiano Menezes na qual propõe que num primeiro momento é preciso encontrar iconografias que se amarram, que tratam do mesmo assunto, de um mesmo fotógrafo, de uma ou várias famílias que estiveram envolvidas no mesmo assunto, de um mesmo tempo, de um mesmo meio de comunicação:

É imprescindível estudar séries iconográficas para chegar a qualquer resultado mais sólido. Ainda que se tenham pontos de condensação (a foto “única”, dotada de força gravitacional suficiente foi um ideal do fotojornalismo), não se concebe como calibrar o alcance das conclusões na análise de documentos singularizados. Doutra parte as séries fotográficas não devem constituir, como já insistentemente assinalado, objetos de investigação em si, mas vetores para a investigação de aspectos relevantes na organização, no funcionamento e na transformação de uma sociedade. Dito com outras palavras, estudar exclusivamente ou preponderadamente fontes visuais corre sempre o

³ Apesar da grande quantidade de estudos a respeito da nomenclatura para tratar deste acontecimento, optou-se por utilizar a forma mais comum: Revolução Constitucionalista de 1932. Na historiografia também há outras referências a este evento como “Guerra Paulista” ou “Levante Constitucionalista”.

risco de alimentar uma “história iconográfica”, de fôlego curto e de interesse antes de mais nada documental. Não são, pois, documentos os objetos da pesquisa, mas instrumentos dela: o objeto é sempre a sociedade. (MENEZES, 2003, p. 150)

Entender a fonte e o que outros estudiosos indagaram sobre a mesma é a segunda parte da tarefa da pesquisa, primeiro de um modo mais amplo – estudos sobre fotografia – e posteriormente de modo mais objetivo – revolução de 1932 – e por fim a análise fotográfica. Assim, o estudo dessas imagens transita em uma crítica- descritiva do conjunto e, posteriormente da unidade a fim de identificar os pontos que se cruzam, ou seja, o que há de comum num conjunto documental veiculado por um jornal ao longo de 85 dias composto por 171 fotografias? O que há na essência comunicativa dessas imagens tomadas e publicadas a conta-gotas acerca do mesmo acontecimento?

Quando o semiologista Roland Barthes colocou-se a refletir a respeito da fotografia numa busca por seu significado, concluiu que a imagem têm em si o *significante* e o *significado*, as pessoas fotografadas são postas como objetos de uma cena como verdade absoluta:

Mas a História é uma memória fabricada segundo receitas positivas, um puro discurso intelectual que abole o Tempo mítico; e a fotografia é um testemunho seguro, mas fugaz; de modo que, hoje, tudo prepara nossa espécie para essa impotência: não poder mais, em breve, conceber, afetiva ou simbolicamente, a duração: a era da fotografia é também a das revoluções, das contestações, dos atentados, das explosões, em suma, das impaciências, de tudo o que denega o amadurecimento. (BARTHES, 1984, p. 139-140).

Estaria este autor correto a partir de seu ponto de análise, pois, muitas vezes a essência das fotografias apresentadas ao público pelo jornal *O Estado de S. Paulo* intencionava a demonstração de um espírito entusiasmado com os feitos que São Paulo vinha realizando na defesa do que julgava correto naquele momento, as fotos foram veiculadas separadamente, mas o conjunto figurou cotidianamente, a conta- gota, como a prova cabal de que os constitucionalistas estavam vencendo um conflito, ou que estavam unidos contra um potencial “tirano”, assim por eles interpretados.

Seria mesmo que os fotografados, em diálogo com o tempo em que viveram e com os fatos que os levaram a ser fotografados, estiveram ali apenas como ilustrações do momento em que foram paralisados numa fotografia? Dependeria da personalidade de quem posou para a foto? Um general de grande importância no levante de 32 como Bertholdo Klinger seria tão

personagem de uma cena quanto um grupo de senhoras que foram fotografadas no momento em que ofereciam flores aos soldados que partiam?

John Berger em “Para entender uma fotografia” usa o termo *quantum* para classificar e entender o resultado do espectador ao visualizar uma imagem, seja de uma ilustre pessoa, seja de um parente, defenderá que a imagem têm em si o seu significante e significado, mas para se completarem e tornar legível a mensagem dentro da imagem, depende também da bagagem cultural do espectador:

A fotografia é eficaz quando o movimento escolhido para ser registrado contém um quantum de verdade que é aplicável de modo geral, quando revela tanto o que está ausente como o que está presente. A natureza desse quantum de verdade e os modos pelos quais ele pode ser discernido variam muito. Podem ser encontrados numa expressão, numa ação, numa justaposição, numa ambiguidade visual, numa configuração. Essa verdade nunca pode, tampouco, ser independente do espectador. Para o homem que carrega uma polífoto de sua namorada no bolso, o quantum de verdade numa fotografia impessoal deve depender ainda das categorias já presentes na mente do espectador. (BERGER, 2017, p. 40)

É ofício do historiador buscar os personagens atrás do foco de luz do espetáculo, trazê-los a tona e entender de que maneira o discurso foi construído, compreender os fatos nas mais diversas formas e esferas (BURKE, 1992, p. 15) mesmo sob o filtro do tempo em que vivemos, e, no caso do tema em questão, por meio das fotografias veiculadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* durante a Revolução Constitucionalista de 1932, o que evidenciou que o jornal funcionava como um elemento de persuasão na busca por voluntários para a manutenção do levante.

É certo que nem toda a população de São Paulo concordava com o conflito, mas as edições veiculadas dia após dia convencia o público do contrário, por isso os retratados no jornal, independentemente da patente, soldado, político ou dona de casa, todos ganharam nas páginas do jornal a mesma função informativa, de acordo com a formação cultural do público a que a notícia era direcionada.

Assim, o estudo das fontes nos mostra que em todas as fotos veiculadas durante a guerra, a unidade de significação histórica tem as mesmas medidas, independente das personalidades fotografadas, e mesmo com a intencionalidade que as originou, o momento do desfile de tropas aconteceu, os generais assistiram ao desfile, as senhoras entregaram flores aos soldados, a guerra existiu e foi registrada – pelo menos parte dela consta nas fotos que este trabalho analisa – que em sua essência são fragmentos de tempo paralisados, instantes congelados mostrando que as

peessoas estavam lá, naquele momento em que o fotógrafo as congelou, vestidas com suas fardas, debatendo, pensando e vivendo um determinado momento de suas vidas que sobreviveu ao tempo e faz parte da narrativa histórica do estado de São Paulo e do Brasil.

Ainda que consideremos a fotografia apenas como um objeto, passível de ser historicizado, seja para servir de peça a um museu, seja para servir como fonte historiográfica, carregado de uma ideologia construída pelo fotógrafo no momento da composição desse objeto e pelo primeiro veículo de difusão desta imagem, ainda assim deverá ser submetido ao estudo como fonte para o historiador justamente por ter havido as escolhas e intenções dos fotógrafos na totalidade da composição, todo o material pertence a um tempo, a um espaço, diz acerca de um acontecimento, pertence ou pertenceu a alguém ou a alguma instituição por algum motivo. Todos esses detalhes são completamente passíveis de ser historicizados por meio da pesquisa histórica onde a fotografia é fonte de mesma importância que um documento escrito, como nos mostra Bóris Kossoy:

Para os estudiosos da história social, da história das mentalidades e dos mais diferentes gêneros de história, assim como para os pesquisadores de outros ramos do conhecimento, são as imagens documentos insubstituíveis cujo potencial deve ser explorado. Seus conteúdos, entretanto, jamais deverão ser entendidos como meras ‘ilustrações ao texto’. As fontes fotográficas são uma possibilidade de investigação e descoberta que promete frutos na medida em que se tentar sistematizar suas informações, estabelecer metodologias adequadas de pesquisa e análise para a decifração de seus conteúdos e, por consequência, da realidade que os originou. É obvio que as pesquisas históricas de um país – nas quais fontes fotográficas são empregadas como meios de informação visual para a recuperação dos fatos passados – não podem prescindir dos conhecimentos advindos das histórias da técnica fotográfica e dos fotógrafos, aqui entendidos enquanto autores daquelas fontes que no país atuaram em diferentes períodos. (KOSSOY, 1999, p. 32)

Por isso, quando se trata de uma fonte fotográfica, é preciso antes de tudo conhecer seu estilo, seu gênero, é preciso delimitar, que o gênero em questão – o fotojornalismo – tem um terreno próprio, tem uma linguagem que não circula pelas galerias de arte – salvo as exceções de grandes fotógrafos cujos trabalhos foram premiados – , mas que está na esfera do cotidiano, do imediato e até mesmo do efêmero, pois “a notícia de segunda embrulhava o peixe na terça”, ou seja, a notícia era, e ainda é, consumida tão rápido quanto a preparação de sua pauta, tão rápido quanto o tempo que o fotógrafo dispõe na preparação da imagem que seguirá para a próxima edição.

Isso reforça no gênero do fotojornalismo as intenções da composição da fotografia, mesmo sendo uma captura imediata, esta deve estar de acordo com o teor da notícia que será veiculada. Não seria possível encontrar uma notícia no qual anunciasse a vitória em mais uma frente de batalha seguido de fotografias de uma porção de soldados constitucionalistas mortos sendo transportados para o Instituto Médico Legal em São Paulo. A fotografia veiculada no jornal é um fragmento que dialoga com a totalidade da edição, daí a necessidade de, ao tomar as fotografias veiculadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* no ano de 1932 como fonte historiográfica, entendê-las como objetos autônomos que dizem por si só, mas que não podem ser subestimadas. Deve-se, também, entender que o texto que a acompanha é também parte dela e busca informar algo aos seus leitores. Por mais independente que o fotógrafo seja, sua foto tem a marca do jornal, e deve estar de acordo com a intencionalidade de quem a demandou visando a publicação:

A autenticidade é problema crucial no estudo da produção, sem dúvida, no da circulação, sua importância decai e se torna, salvo condições especiais, irrelevante para o consumo público. Já se notou que é um pacto ético, envolvendo autor da imagem e seu veiculador, que lhe dá credibilidade, mais que a análise técnica do profissional ou do documento. (MENEZES, 2003, p. 148)

Por isso a foto de jornal, normalmente, aparentava ser ingênua, homogênea, trazia em sua gênese apenas a suposta ânsia de informar sem com isso ter que se preocupar com uma estética artística ou intencional, a qual faria o leitor pensar ou navegar nas inúmeras interpretações que a foto possibilitava. Impunha-se uma lógica que a fotografia era objetivada, e que queria apenas apresentar o fato da maneira mais clara e objetiva possível ao seu leitor. Este olhar, pensar, navegar, refletir e interpretar a foto jornalística ficava a cargo dos que buscavam o passatempo, os observadores e os estudiosos, que munidos de olhar atento certamente compreenderiam que a iconografia jornalística criou uma estética e uma intencionalidade própria do gênero, da função de uma determinada fotografia, do equipamento que foi utilizado e do olhar do fotógrafo. Esta foto de jornal, feita assim demonstrando pouca preocupação estética, imediata à notícia foi rapidamente devorada pelos leitores, mas ganhou outros níveis interpretativos e reflexivos ao passo que o tempo ressignificou seu tema, seu assunto e até mesmo sua materialidade:

É a fotografia um intrigante documento visual cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informações e detonador de emoções. Segunda vida perene e imóvel preservando a imagem- miniatura de seu referente: reflexos de existências/ocorrências conservados congelados pelo registro fotográfico. Conteúdos que despertam

sentimentos profundos de afeto, ódio ou nostalgia para uns, ou exclusivamente meios de conhecimentos e informação para outros que os observam livres de paixões, estejam eles próximos ou afastados do lugar e da época em que aquelas imagens tiveram origem. Desaparecidos os cenários, personagens e monumentos, sobrevivem, por vezes, os documentos. (KOSSOY, 1999, p. 28)

A sobrevivência destes documentos deixam rastros que os historiadores seguem quando se debruçam sobre uma fonte como a fotografia. Se partirmos da materialidade da fonte, temos em um primeiro momento a certeza de que uma câmera fabricada durante a década de 1930 possuía características bem distintas das *Digital Single Lens Reflex* - DSLRs - produzidas atualmente, o que influenciava diretamente no resultado final, o imediato de uma fotografia não foi sempre imediato; a foto demorava para ser produzida e exigia uma gama de etapas que envolvia não apenas o fotógrafo e seu tema, o que redundava em uma imagem elaborada, pois o fotógrafo não poderia perder a cena nem o filme, precisando “montar” o tema a ser registrado. Assim todos os elementos constantes em uma fotografia foram pensados para figurar, ou mesmo dela se escamotear.

Assim, uma fonte fotográfica que nos informa sobre um determinado tempo histórico, nos mostra por meio das imagens quais carros rodaram as ruas, como eram o delinear dessas ruas, as roupas que as pessoas usavam, os valores materiais de ostentação ou de miséria daquele tempo, etc... Ou seja, o que ficou no registro fotográfico é o que estava nos olhos e na formação cultural de quem produziu a imagem. Desta forma é preciso que na leitura da fotografia o historiador conheça sobretudo as motivações do fotógrafo ao registrar a imagem e porque a registrou, se foi um registro de lazer ou de trabalho, o que este fotógrafo quis mostrar e o que ele quis ocultar:

Um novo significado de ideia de informação construiu-se em torno da imagem fotográfica. A foto é uma fina fatia de espaço bem como de tempo. Num mundo regido por imagens fotográficas, todas as margens (‘enquadramento’) parecem arbitrarias. Tudo pode ser separado, pode ser desconexo, de qualquer coisa: basta enquadrar o tema de um modo diverso. (Inversamente, tudo pode ser adjacente a qualquer coisa.) A fotografia reforça uma visão nominalista da realidade social como constituída de unidades pequenas, em um número aparentemente infinito – assim como o número de fotos que podem ser tiradas de qualquer coisa é ilimitado. Por meio de fotos, o mundo se torna uma série de partículas independentes, avulsas; e a história, passada e presente, se torna um conjunto de anedotas e de *faits divers*. A câmera torna a realidade atômica, manipulável e opaca. É uma visão do mundo que nega a inter-relação, a continuidade, mas confere acada momento o caráter de mistério. Toda foto tem múltiplos significados; de fato, ver algo na forma de uma foto é enfrentar um objeto potencial de fascínio. A sabedoria suprema da imagem fotográfica é dizer: ‘Aí está a superfície. Agora, imagine – ou, antes, sinta, intua – o que está além, o que deve ser a

realidade, se ela tem este aspecto’. Fotos que em si mesmas nada podem explicar, são convites inesgotáveis à dedução, à especulação e à fantasia. (SONTAG, 2004, p. 33)

Entender estes questionamentos faz parte da postura que o historiador assume diante de sua fonte, que pode ser entendida como uma expressão artística de um tempo no qual contém as informações necessárias à pesquisa. Pode ser apenas um artefato considerado pelo pesquisador com teor histórico, um recorte da realidade de um tempo, um objeto de museu, um documento de arquivo, mas em todas estas circunstâncias é necessário considerar também que para além da feitura do fotógrafo quando da realização de seu trabalho, a imagem ultrapassou o tempo de seu consumo imediato e ganhou uma historicidade que só é desvendada quando revolvida no seu tempo de origem, só é desvendada quando minimamente se compreende o modo de olhar e de registrar esse olhar em um determinado tempo passado:

Quaisquer que sejam os conteúdos das imagens devemos considerá-las sempre como fontes históricas de abrangência multidisciplinar. Fontes de informações decisivas para seu respectivo emprego nas diferentes vertentes de investigação histórica, além, obviamente, da própria história da fotografia. As imagens fotográficas, entretanto, não se esgotam em si mesmas, pelo contrário, elas são apenas o ponto de partida, a pista para tentarmos desvendar o passado. Elas nos mostram um fragmento selecionado da aparência das coisas, das pessoas, dos fatos, tal como foram (estética/ideologicamente) congelados num dado momento de sua existência/ocorrência. (KOSSOY, 1999, p. 20)

É necessário que se desconfie de uma fonte como a fotografia, pois entendê-la é aceitar o que ela traz de informação. Mas não podemos deixar de perguntar o que ela não traz e porque não traz determinada informação. Como exemplo, no conjunto de fotografias aqui analisadas não constam registros de tropas federais. Esta ausência é importante como informação histórica. Um veículo de imprensa, como um jornal, pressupõe que todos os lados envolvidos em um evento tenham espaço de manifestação ou expressão, mesmo que haja uma linha de explanação determinada em prol de uma outra intencionalidade – que no caso d’ *O Estado de S. Paulo* é o engajamento e a vitória do povo paulista sobre o governo federal. Todavia, não há enquadramentos de veículos ou mesmo de elementos das tropas federais em situação alguma. Seria de se perguntar o porquê de o jornal não veicular fotografias que mostrassem o outro lado da batalha, é preciso entender que as fotografias “guardam em si apenas indícios, a face externa de histórias que não se mostram, e que pretendemos desvendar” (KOSSOY, 1999, p. 31).

Outra forma de omissão, possível notar apenas quando se analisa um conjunto fotográfico, é por exemplo, com relação aos mortos nos campos de batalha, já que segundo historiadores do

evento de 1932, como André Mota e Marco Cabral dos Santos (SANTOS; MOTA, 2010, p. 13), durante os meses de julho á outubro, São Paulo perdeu entre 600 a 830 soldados e noticiou-se apenas cinco mortes num momento em que morriam dezenas. São situações em que a intencionalidade da fonte omite o que de fato ocorreu no momento histórico em questão. Cabe, então, à pesquisa ser completada com outras informações que preencham a lacuna que a observação atenta percebeu. Esta ação é importante a fim de que se compreenda de que maneira os personagens da trama veicularam a informação no tempo em que viveram, mobilizando cenas e criando discursos visuais:

As fotografias testemunham uma opção humana sendo exercida numa dada situação. A fotografia é o resultado da decisão do fotógrafo de que vale a pena registrar que um evento ou objeto específicos foram vistos. Se tudo que existe fosse sendo continuamente fotografado, cada fotografia se tornaria algo sem significado. Uma fotografia não celebra nem o acontecimento em si mesmo nem a faculdade de ver em si mesma. A fotografia já é uma mensagem sobre o acontecimento que ela registra. A urgência dessa mensagem não é totalmente dependente da urgência do acontecimento, mas também não pode ser inteiramente independente dela. Em seu sentido mais simples, a mensagem decodificada, quer dizer: eu decidi que a visão disso vale a pena ser registrada. (BERGER, 2017, p. 38-39)

Assim, também é possível constatar que uma fonte como a fotografia desliza no que Carlo Guizburg denominou de paradigma indiciário (GINZBURG, 1989, p. 143-179), método de análise histórica que valoriza na investigação as experiências e intuições do pesquisador, que o leva a descobrir novas fontes e dados para compor a pesquisa, nesta perspectiva, considera-se que nem todos os dados estão dispostos claramente nas fontes eleitas.

Tomando o conceito de Ginzburg, podemos verificar, em uma das imagens que reunimos, o antigo Largo do Palácio – atual *Pateo do Collegio* - no qual é possível notar a reunião de uma multidão compondo um comício. Esta aglomeração nos leva a perguntar a respeito da importância daquele espaço na geografia da cidade sobre a facilidade de acesso àquele ponto, sobre as situações simbólicas que levaram à aglomeração das pessoas e que redundaram em imaginários urbanos. Em outras palavras, podemos perguntar: por que uma multidão se reuniria exatamente naquele lugar?

A situação acima descrita exemplifica que a fotografia é o registro, mas não é o todo. Para além do que nela está e para além do que a bibliografia indica, é preciso que se conheça o que não é dito objetivamente, pela imagem. Hoje, a parte mais simbólica da cidade de São Paulo para atos políticos, um palco de manifestações, é, sem dúvida, a Avenida Paulista. Contudo, sabemos,

que um dia foi a praça da Sé, antecedido pelo Pateo do Collegio e a rua XV de Novembro. Estes lugares que não estão mais no circuito reivindicatório da população, se não forem examinados à luz da história, podem se revelar, equivocadamente, como pontos irrelevantes para a análise.

É possível afirmar que em ambas as situações exemplificadas a cena ocorrida e a registrada pelo fotógrafo têm uma grande diferença. A primeira delas é o suporte no qual a imagem é veiculada, pois faz apenas uma pequena representação da realidade, por mais eficiente e técnico que o fotógrafo fosse, por mais que se esforçasse por realizar um registro fidedigno com a realidade por ele presenciada, mas ainda assim, estaria distante de seu objetivo, pois a naturalização da visão nos leva a pensar cada vez mais que se trata de algo que registrou o real, quando, na verdade, o suporte fotográfico é um artefato que traz uma ideia do real. Ver um acontecimento é diferente de ver uma fotografia sobre o mesmo.

A fotografia, mesmo a jornalística, é uma recriação que muda a perspectiva do real. É um filtro de composição estético – ideológico cujo suporte de papel minimiza um fragmento de um acontecimento que passará pelo crivo da intenção e interpretação do tempo em que foi produzido e do tempo em que é historicizado. Ela atua num binômio que percorre o real e a recriação deste real, pairando quase sempre num *paradigma indiciário* ao que se pretende enquanto fonte para a pesquisa de um determinado tema de estudo.

Capítulo 2

Paulistas refletidos no imagético d' *O Estado de S. Paulo*

2.1 Bandeirantes: mito, discurso, memória e guerra

Ao tratar da Revolução Constitucionalista de 1932, é quase que impossível, em algum momento, não esbarrar na palavra bandeirante. Usada das mais diversas formas, veiculada de maneira tão heterogênea quanto os significados que lhe foram impregnando ao longo do tempo, esta palavra tornou-se sinônimo de paulista, por ação deliberada de instituições paulistas, que em busca de uma identidade regional, forjaram para si um signo convenientemente acionado no curso de alguns acontecimentos para aglutinar a população, ou para diferenciá-la:

Brevemente, as bandeiras eram grupos de homens que tinham suas bases em São Paulo, de onde organizavam expedições de longa distância para explorar o interior brasileiro durante o século XVII e início do XVIII, principalmente na busca de metais preciosos e escravos indígenas. Na “Lenda Negra”, escrita pelos missionários espanhóis, o bandeirante tem um caráter cruel e moralmente inaceitável, mas nas mãos dos publicistas paulistas no início do século XX, ele é resgatado como um empreendedor proto-capitalista. Em contraste com o parasitário, decadente e tradicional plantador de açúcar do nordeste colonial, o bandeirante é um empreendedor e um aventureiro. Além disso, foram os bandeirantes, cuja intrepidez permitiu explorar os mais remotos recantos do interior brasileiro, que garantiram as fronteiras da futura nação brasileira, estabelecendo, assim, sua inatacável pretensão de grandeza da mesma. (WEINSTEIN, 2004, p. 288)

Este discurso, praticamente mitológico começou a ser construído, segundo o historiador Antonio Celso Ferreira, ainda nos fins do século XIX, quando a cidade de São Paulo começava a crescer economicamente por meio das plantações de café, estradas de ferro, casarões, teatros e os jornais colaboravam para que a parcela rica da população buscasse para a região o mesmo prestígio social, cultural e intelectual que cidades como Rio de Janeiro e Salvador.

Foi um momento no qual a cidade de São Paulo vivia uma intensa difusão de ideias por meio dos debates que aconteciam dentro da faculdade de direito - que recebia filhos de ricos fazendeiros de toda a província – e se propalava pela cidade por meio dos jornais. Dentre eles, cabe destacar o *Almanach Literário de São Paulo* (FERREIRA, 2002, p. 31-32).

José Maria Lisboa, nascido na capital de Portugal em 1838, chegou em São Paulo no ano de 1856, envolveu-se com a cidade e com o círculo cultural dos ricos paulistanos ao ponto de ser

um dos pioneiros na defesa da ideia de identidade paulista, amplamente difundida entre a elite por meio do seu *Almanach Literário de São Paulo*:

Não era fortuito, enfim, que do interior desse amplo processo de mudanças se manifestassem os mais expressivos desejos de afirmação de uma identidade paulista, cuja magnitude o *Almanach Literário de São Paulo*, de maneira modelar, procuraria dar vazão. José Maria Lisboa, seu fundador, representava bem o campo de sociabilidade em que isso ocorria. Como seus pares, ele se encontrava sinceramente envolvido na tarefa de criação de uma imagem elevada de sua terra, capaz de se propagar no país e que significasse, além disso, uma autovisão construtiva da coletividade regional. (FERREIRA, 2002, p. 34-35)

O *Almanach Literário de São Paulo* foi uma das primeiras instituições que se tem notícia incumbida deste propósito, depois dela, surgiria muitas outras, tendo destaque a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* e o jornal *O Estado de S. Paulo*, instituições de caráter comunicativo, e que cada uma a seu tempo e a seu modo, construíram discursos em torno de um espírito, de uma suposta excepcionalidade paulista diante dos demais estados da federação.

N'O *Almanach Literário de São Paulo*, o discurso se fazia por meio das publicações de romances, artigos e notícias no qual a mensagem de construção de identidade se dava por meio da ressignificação de signos nacionais, dando-lhes uma importância que perpassava uma ótica seletiva dos paulistas que editavam o texto a ser veiculado. Para Antonio Celso Ferreira (FERREIRA, 2002, p. 110), tal postura seria um meio de se impor frente às publicações do *Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro* que se destacava como imponente espaço de cultura e construção de conhecimento sobre o Brasil e que não levava em consideração, segundo o grupo de José Maria Lisboa, a contribuição do estado de São Paulo na constituição da nação.

A disputa evidencia-se quando a elite paulista se mobiliza para a fundação do *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, e quando se envolve nas grandes questões políticas do país como a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. Os paulistas começaram a divulgar feitos vistos como eloquentes: exibiam uma opulente economia, um sistema crescente de estradas de ferro, de educação pública, de articulações entre homens de poder etc. Membros comprometidos com uma história do estado, esforçaram-se por criá-la colocando o povo paulista como descendentes de índios, bandeirantes e portugueses – os mamelucos - desconsiderando as demais parcelas da população que compunham o tecido social, como os migrantes de outros estados, os africanos e seus descendentes trazidos à São Paulo em situação de escravidão:

Seja nas biografias, seja nas genealogias, buscava-se a construção de trajetórias incomuns, responsáveis por grandes realizações, individuais ou clânicas, fazendo-as transcender os marcos da própria colonização, com base no recuo a um passado longínquo europeu. A nobilitação das personagens revela a ambição de fixar uma epopeia paulista, sustentada por indivíduos aos quais se atribuía uma força superior. Essa obsessiva pesquisa das origens denota, enfim, tanto o investimento grupal na tradição, como a identificação subjetiva com o passado regional, uma vez que muitos dos autores descendiam das pessoas ou famílias estudadas. (FERREIRA, 2002, p.128)

Trata-se de um momento histórico no qual o discurso bandeirista figurou como sustentáculo para os objetivos políticos do Estado, quando considerado que a ideia do bandeirante era o diferenciador de São Paulo do restante da nação. Noutras palavras, um racismo que funcionou no plano da representação de uma imagem do paulista como um ser branco, culturalmente e biologicamente superior às demais populações do próprio estado e do país:

Mais especificamente, sustento que a identidade regional no Estado de São Paulo, identidade paulista, passou a ser associada, na cultura brasileira, não apenas à indústria, à modernidade e ao progresso econômico, mas também ao embranquecimento e a uma narrativa particular na história brasileira que marginalizou o papel dos afro-brasileiros na construção da nação. Além disso, essa identidade continua a informar os debates sobre cidadania e inclusão política no século XXI. (WEINSTEIN, 2006, p. 282)

Estas ideias e posicionamentos foram veiculados por instituições de força na construção do discurso paulista acerca de um tipo de povo, tradição e cultura, como é o caso do jornal *A província de São Paulo* fundado em 1875 por, entre outros membros, José Maria Lisboa⁴.

Em se tratando do discurso propagado pelo jornal durante o curso do conflito, em 1932, o jornal posicionou-se na esfera da construção e difusão das ideias produzidas pelos mesmos perfis de classe social, formação cultural, poder econômico e círculo social que os intelectuais e editores das outras instituições aqui já mencionadas. *O Estado de S. Paulo* publicou um discurso feito por e a favor dos paulistas de uma classe social que não contemplava todo o povo, escamoteado pela circulação diária do jornal que deu a entender entre a população, que se tratava de uma posição universal, ou seja: a de todos que aqui viviam. A principal característica que permeia o teor dos discursos postos pelo jornal, é essencialmente a exaltação de um povo paulista que traz, em si, um instinto de bandeirante, tal qual os discursos antes proferidos pelo *Almanach*

4 Para este trabalho foi dada luz ao recorte que envolve especificamente a Revolução Constitucionalista de 1932, quando o jornal já se nomeia *O Estado de S. Paulo*, pois, ao que tudo indica, o teor editorial foi seguindo os mesmos passos dados pelo *Almanach Literário de São Paulo* e pelo *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* ao defender a ideia de um paulista guerreiro, homogêneo, reflexo do bandeirante na luta pela defesa e identidade do povo de São Paulo.

Literário de São Paulo e pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. Lemos, então, no jornal que

O commando Geral das forças empenhadas na reconquista da nossa liberdade manda a todos os habitantes do glorioso Estado a jubilosa notícia de que o movimento revolucionário constitucionalista, que ante-hontem rompeu em São Paulo, dirige-se em marcha triumphal para o seu alvo. Cercada, de todos os lados, só apoio unanime e espontâneo de toda a gente bandeirante, é firme, coeza, irresistível a nossa avançada. Nada mais, ninguém mais a poderá conter. Será a victória total: a nossa victória. (*O Estado de S. Paulo*. 12 de julho de 1932)

A diferença entre o discurso produzido no *Almanach Literário de São Paulo* e *O Estado de S. Paulo* estava justamente na atualização, ou ressignificação, da ideia de bandeirante, já não tratava mais de uma entidade rude que cruzada o estado delimitando fronteira, aprisionando e escravizando pessoas, tratava-se de uma nova classe social herdeira da missão colonizadora das terras paulistas. Na década de 1930 já não se realizava como o fez Anhanguera, fazia-se por meio da leitura, escrita, livros, política, símbolos de riqueza e erudição (MARINS, 1999, p. 9-36). Tratava-se da construção de modernos bandeirantes. Fernando Atique, neste tema, desenvolveu pesquisa que apontou como os paulistas envolvidos com o clã Mesquita, do jornal em tela, se autoproclamavam “paulistas de origem” e requisitavam para si feitos de transformação cultural. Estudando a construção do Edifício Esther, pela Família Nogueira, ao longo da década de 1930, Atique pontuou que

Há, entre muitos autores identificados com as famílias paulistas, uma insistente celebração da fibra do bandeirante e da capacidade de realização das iniciativas privadas locais, produzindo um discurso que, tradicionalmente, explica a pujança do Estado e da capital paulista mediante a ação de tais figuras históricas. (...) o tema do bandeirante, revisto e apropriado durante o século XX, foi muito importante para as classes altas paulistas, pois era mobilizado como um fator de distinção e quase predestinação, já que ser descendente de bandeirante, ou como também diziam, ser “paulista de origem”, era visto como mais do que suficiente para justificar enriquecimento e, sobretudo, para favorecer a conservação dos mesmos grupos no poder político, uma vez que tais pessoas se consideravam uma espécie de guerreiros modernos (ATIQUE, 2004, p.37-38).

Como vemos, então, os bandeirantes foram largamente assimilados pela elite paulista e retransmitidos à população por vários veículos, incluindo os d’*O Estado de S. Paulo*. Dez dias depois da circulação da edição acima mencionada, o jornal noticia a morte de Fernão Salles, em um artigo que narra as características daquele que deu a vida na guerra. Este texto pode ser tomado como exemplo da construção do discurso paulista, em que se nota não a personificação

do bandeirante como na representação escultórica de Bartolomeu Bueno da Silva, mas a constituição do “novo bandeirante”, ou seja, um homem tido como culto, exemplo de cidadão, com espírito de liderança, envolvido com comércio e política e capaz de dar a vida pela causa de seu estado natal:

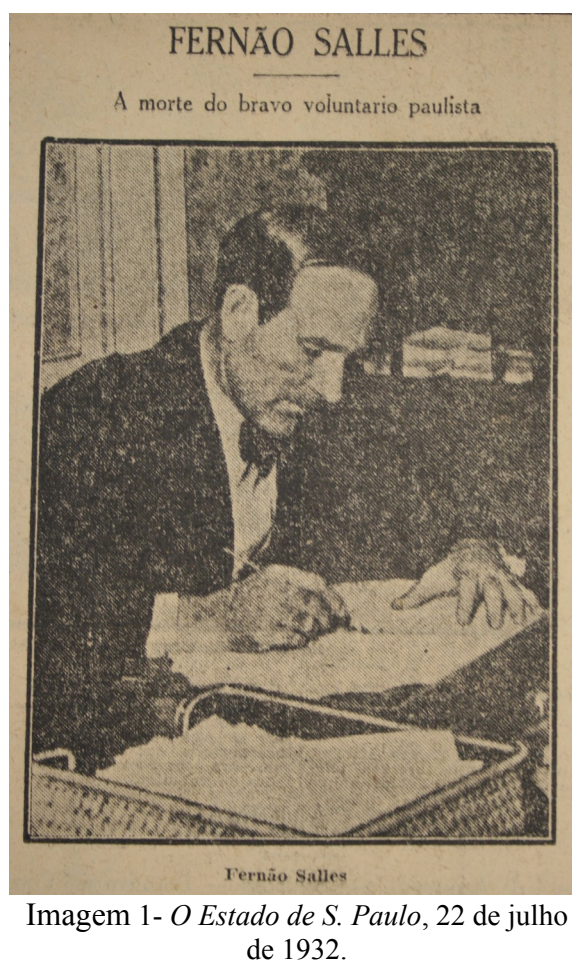


Imagem 1- *O Estado de S. Paulo*, 22 de julho de 1932.

A liberdade da sua terra natal, mutilada pelos golpes de uma ditadura que ameaçava se prolongar, era o maior anseio do seu espírito irredento. A enfiadura bandeirante do seu caráter fê-lo desprezar a própria vida para a realização do seu ideal, commungado por todo S. Paulo, num grito unisono de guerra. (*O Estado de S. Paulo*, 22 de julho de 1932)

Assim, entende-se que a ideia do bandeirante, é como defendeu Antonio Celso Ferreira, uma invenção história que perpassou diversas instituições em busca de constituir um DNA aos paulistas frente aos demais estados da federação. A construção deste discurso não esteve preso ao

universo masculino, pois a configuração discursiva ampliava-se ao âmbito familiar envolvendo a identidade e o papel das mulheres:

As mulheres não participavam das Bandeiras, mas a organização da vida econômica na São Paulo colonial inevitavelmente implicava sua responsabilidade pelo lar e que ficariam sozinhas sem a companhia masculina do chefe da família por longos períodos. Por essa razão, a Mulher Bandeirante teve de se tornar uma mulher mais forte e autoconfiante que as mulheres – principalmente as da elite – de outras regiões do Brasil. A figura que emerge desses relatos é uma mulher de força moral e independência fora do comum. Sua beleza é a de natureza austera – e conseqüentemente, branca e europeia – em comparação com a mulher manifestamente mais decorativa e sensual – e talvez menos branca – do resto do Brasil. Apenas de ser forte e independente, ela também tem laços profundos com o lar e a família, pouco inclinada a se mostrar em público como mulheres mais frívolas podem tender a fazer. (WEINSTEIN, 2004, p. 75)

Pode-se entender o processo para além da construção de identidade, mas, nas teias da memória coletiva que dá unidade ideológica à camada social em questão, Michel Pollak chamou tal evento de *memória herdada*, e, neste caso não se trata de um evento específico, mas de uma característica coletiva:

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p. 204)

Nesta seara do debate, o papel do historiador já fora há muito delimitada: compreender os limites entre as construções da memória e o papel da história, pois cabe aos historiadores entender a constituição do mito diante do povo e o modo como este o assimilou, o modo como os produtores de discurso deram continuidade ao eco provocado pelo mito e o uso que se deu a ele junto ao povo em um momento periclitante como o de guerra

No caso de São Paulo, a variedade do regionalismo em questão é uma versão que emerge junto com a própria disseminação desigual da modernidade e do desenvolvimento capitalista, um processo que é particularmente conspícuo no Brasil. A base discursiva para o regionalismo nessa versão é a agressiva afirmação da distinção regional como o equivalente da superioridade, geralmente acompanhada pela reivindicação de que a região em questão é desproporcionalmente responsável pela grandeza e sustentação da nação. Tais movimentos podem expressar seus ressentimentos e demandas em termos fiscais ou políticos, mas sua crítica do status quo geralmente se assenta sobre a demanda implícita de que a prosperidade da região (e por extensão, da nação) é uma conseqüência dos atributos culturais superiores da sua população, um argumento que pode, facilmente, conduzir a ideologias racistas. Diferentemente dos discursos regionais mais familiares que posicionaram sua causa

como um movimento dos excluídos ou dos oprimidos, os escritores, intelectuais e políticos que construíram a identidade de São Paulo dentro da nação brasileira, tipicamente, viam a sua região como culturalmente e economicamente superior, como a vanguarda do progresso e da civilização, enquanto o resto da nação aparecia como o “Outro”, numa relação cultural remanescente daquela entre colonizador e colonizado. (WEINSTEIN, 2006, p. 283)

A construção da memória da Revolução de 1932 pelos próprios constitucionalistas inicia-se imediatamente à declaração de estado de guerra. Acoplou-se uma construção discursiva anterior ao seu acontecimento – o mito do povo paulista como excepcional, o bandeirante – e transferiu-se esta ideia para além dos dias de combate. No pós-conflito de 1932 houve materialização destas operações memoriais no monumento às Bandeiras e no Mausoléu aos Soldados Constitucionalistas de 1932. Neles, São Paulo comparece como terra de um povo que venceu as tropas federais (MARINS, 1999, p 9-36) ao conseguir a outorga de uma constituição em 1934. Porém, do outro lado, uma outra memória também foi construída no correr da guerra: os federalistas viam a atitude dos constitucionalistas como insanidade, algo pueril e sem nenhuma chance de vitória, nas palavras do próprio Vargas: “uma aventura sinistra”⁵. Na avaliação da historiadora Barbara Weinstein foi um movimento “revolucionário” de natureza prioritariamente elitista o qual se declarou defensor da hierarquia e da ordem ante o caos e a anarquia da ditadura (WEINSTEIN, 2004, p. 73).

A produção dessa memória, a respeito dos fatos posteriores aos dias da revolução de 1932, esteve nos primeiros anos sendo disputada pelos que dela participaram. A universidade entraria no debate apenas no ano de 1949 com produção do trabalho do sociólogo Florestan Fernandes intitulado *A Revolução Constitucionalista e o estudo sociológico da guerra*⁶, os historiadores entrariam no debate apenas no ano de 1967, com a publicação de *1932 – A guerra paulista* de Hélio Silva⁷. Assim, é possível notar que primeiramente esta memória forjou-se no bojo da sua disputa, disseminada pelos partícipes e instituições que dela comungavam para, posteriormente, a história propor debate a fim de melhor sistematizar os acontecimentos, pois segundo Pierre Nora história e memória acontecem em direções distintas:

5 Disponível em [<https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/getulio-vargas/perfil-parlamentar-de-getulio-vargas>] acessado em 20/09/2019.

6 FERNANDES, Florestan. *A revolução constitucionalista e o estudo sociológico da guerra*, Revista do Arquivo Municipal, São Paulo (123): 23-35, mar.

7 SILVA, Hélio Ribeiro da. *1932: a guerra paulista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A memória instala a lembrança no sagrado, a história, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. [...] a história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p. 09)

Fato é que a memória e a história da Revolução de 1932 continuam sendo um espaço de discurso aberto onde as vozes são dissonantes, cada uma defendendo sua versão da guerra. Este espaço, por mais visitado que seja pelos historiadores não nos deixa margem para concluir quem de fato venceu a guerra. A constituinte, que começou bem antes do levante, foi montada, a constituição foi debatida, escrita e promulgada, mas na guerra, São Paulo nunca teve força bélica contra o exército federativo, tinha a seu lado apenas a articulação política por meio do Partido Democrático - PD - e do Partido Republicano Paulista – PRP - que se uniram na Frente Única Paulista e a imprensa que impulsionou o povo ao combate:

Por meio de mecanismos de propaganda intensa, operou-se a arregimentação de milhares de ‘voluntários’, imbuídos de disposição para lutar ‘por São Paulo’. Nesse sentido, os interesses da Frente Única – expressos no binômio autonomia – Constituição – escamoteavam-se em valores regionalistas, de apelo fácil e imediato à população. Se as lideranças políticas de São Paulo alegavam lutar pela Constituição e pela restauração da ordem legal no país, as peças de propaganda que compunham seu arsenal de persuasão popular faziam claros apelos aos valores regionais. Era sobretudo ‘por São Paulo’ que se lutava. É exatamente nesse contexto que a figura do bandeirante ressurgia como elemento aglutinador dos valores paulistas, antepassado mítico que sintetizava a bravura e a audácia que se exigia de soldados e voluntários. A ênfase em valores regionais com o fito de invocar a participação dos paulistas traziam em seu bojo a afirmação de uma coletividade em oposição ao ‘outro’, qual seja, o brasileiro. (MOTA; SANTOS, 2010, p. 23)

A relação que a imprensa estabeleceu com a evocação de uma memória que pairava sobre uma classe social e com o povo durante a campanha é um terreno extremamente argiloso, pois se consideramos somente o excessivo poder de persuasão da imprensa, pode ser que a população deixe de ser retratada como um agente histórico de seu tempo. Porém, não considerar a força

retumbante dos discursos propagados pela mídia, endossados e incorporados simbioticamente pelas autoridades durante a guerra, é também não reconhecer a força de mobilização desses discursos. Mistrello em *Palavras de revolução e guerra* defende que as “centenas de milhares de envolvidos não foram simplesmente ‘massa de manobra’, mas eram pessoas que enxergaram, no movimento, uma oportunidade de luta para atender suas demandas” (MISTRELLO, 2018, p. 13). Posicionamento oposto ao que defende André Mota e Marco Cabral dos Santos, pois, para estes, uma população em que mais de 40% não detinha a leitura, jornais e autoridades exerceram um poder de persuasão que foi capaz de mobilizá-la para uma luta que talvez não lhes interessava, demonstrando que a mídia era também uma poderosa arma de guerra.

Sabemos que não é possível aferir o impacto do jornal na mobilização popular, se as pessoas realmente tinham visão e posicionamento político que as mobilizavam para a campanha, ou se o discurso do jornal provou-se eficaz ao ponto de encher de combatentes voluntários centenas de vagões na estação do norte rumo a um destino incerto contra o governo federal.

O que é possível provar, e é isso que este trabalho se propõe, é que o jornal tinha uma agenda e um discurso a ser cumprido, uma agenda que envolveu todo um esforço discursivo para a mobilização da população de forma que pudesse alcançar o maior número de pessoas possível. Dessa maneira constatou-se que cada matéria foi construída voltada a um público específico, mas que no todo alcançava a totalidade da população, como é possível notar na fotografia veiculada no dia 14 de agosto de 1932, onde vemos homens jovens, entusiasmados, unidos num mesmo propósito, ou seja, um discurso construído pelo jornal voltados á famílias e possíveis voluntários:



Imagem 2- *O Estado de S. Paulo*, 14 de agosto de 1932

“Nem sempre são cartas que recebemos dos bravos paulistas que se encontram na frente de batalha. Recebemos também, como agora, a prova fotografica do entusiasmo que o fogo da metralha não pode exterminar. A de hoje, como os leitores vêem, foi tirada sobre um caminhão, já nas zonas de operações. Enviou-nos um voluntário – Gamba – com este singelo mas expressivo recado aos seus companheiros. ‘Meus amigos de S. Paulo, aproveito-me desta oportunidade para cumprimental-os e dizer que estou de perfeita saúde’.” (*O Estado de S. Paulo*, 14 de agosto de 1932)

É possível que essas notícias veiculadas durante o período em que São Paulo estava em guerra buscassem, intencionalmente, dar esse tom popular a um feito que partira da elite, pois se os jornais conseguissem demonstrar que toda a população estava envolvida na causa, poderiam neutralizar a opinião de que os motivos e os agentes do levante fossem pessoas ou partidos específicos do governo de São Paulo. Nesta perspectiva, a recepção que o povo deu à opinião dos jornais e o posicionamento que assumiu teve papel fundamental no desenrolar dos fatos, e até mesmo no encerramento do acontecido, pois “para Vargas, os propósitos de 1932 tinham um caráter francamente reacionário e a persistência da luta só se explicava pela ambição do domínio dos paulistas sobre os demais estados da Federação ou, então por uma intenção separatista subjacente ao movimento” (CAPELATO; PRADO, 1980, p.48).

Sendo este povo crítico ou não do que estava acontecendo, há um fato interessante, que chama a atenção: como o jornal *O Estado de S. Paulo* realizava tiragens tão vultosas diante de uma população de quase 300 mil analfabetos? A resposta talvez seja que o jornal possuía um formato que visava a maior abrangência possível, atingindo não apenas pessoas alfabetizadas, mas também os analfabetos por meio de fotografias autoexplicativas, como as fotos das multidões de soldados embarcando para a frente de batalha que quase sempre não dialoga com as outras notícias que ocupam a mesma página. Assim, entende-se como o discurso de total adesão da população foi usado e difundido como forma de mobilizar e manter esta mobilização durante toda a guerra traduzido nas imagens veiculadas pelo jornal:

A tônica nas virtudes e na justeza do levante encontrava reforço no presumido engajamento da totalidade do corpo social, que, segundo essa memória oficial, fora movido pela suplantação das diferenças de classes em nome de um bem maior, num processo que universalizava motivações próprias de uma fração da elite política paulista. A idealização dessa harmônica participação popular foi um argumento eficaz para manter a coesão ideológica do discurso revolucionário de São Paulo. Essa propalada superação de diferenças sociais cimentava uma concepção liberal segundo a qual a harmonia fora alcançada, ainda que mantinha inabaladas as posições hierárquicas na sociedade. (MOTA, SANTOS. 2010 p. 34)

Já que uma das formas que a elite militar, política e empresária usou este “bandeirante moderno” nos discursos foi demonstrando a excepcionalidade do povo paulista na defesa dos interesses nacionais, criou-se um clima de indecisão entre os outros estados que sob influência da política do PD e do PRP titubeavam a colaborar com São Paulo tendo em vista que apenas dois anos antes lutaram para instituir o regime vigente, diante de tal fato Vargas assume posição:

Diante de evidente contradição, Vargas astutamente procurava desmoralizar o movimento, objetivando conquistar a adesão dos outros Estados brasileiros contra os paulistas. Em 20 de setembro de 1932, num documento intitulado *Manifesto ao povo de São Paulo*, Vargas clamava coerência, já que a constitucionalização do Brasil já tinha, desde antes dos conflitos, data para ocorrer. (MOTA; SANTOS, 2010, p.20).

Este fato muda a direção das coisas, pois a partir dessa publicação de Vargas, as notícias que visavam mobilizar a população continuavam a ressaltar a ideia do bandeirante como excepcionalidade de São Paulo, Estado que não buscava a separação, mas lutava pela Constitucionalização do país, como se apenas os paulistas tivessem conta do que seria o melhor para toda a federação. Segundo Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, os dirigentes do jornal não intentaram separar São Paulo do Brasil, mas discordavam da forma como a constituição de 1891 e com a centralização dada por Vargas aos Estados com relação à federação, o projeto político defendido não apenas pelo jornal, mas pelos líderes da revolução estavam alinhados com o Liberalismo e o conseqüente modelo de República Confederada:

Em seu projeto político, fazia-se presente uma concepção de Estado que se fundava na teoria evolucionista, no princípio liberal de autonomia dos Estados e na experiência prática de alguns países como por exemplo, os Estados Unidos da América do Norte. Tomando como apelo a primeira Constituição norte-americana, vista por seus representantes como a expressão da verdadeira democracia, o jornal propugnou uma descentralização mais ampla, e autonomia ainda maior aos Estados do que aquela garantida pela Constituição brasileira de 1891. segundo Júlio de Mesquita Filho, o sistema político brasileiro deveria evoluir no sentido de uma República Confederada, a fórmula que melhor se adaptava aos países de vasto território. (CAPELATO. PRADO, 1980, p.26)

Deste ponto de vista, entende-se que a posição assumida pelo jornal justifica-se bem antes da Revolução de 1932, mas quando da fundação d’ *O Almanach Literário de São Paulo* em que se gestava uma ideia de um estado “locomotiva do Brasil”, pode ser mesmo que os dirigentes d’ *O Estado de S. Paulo* não visassem a separação deste do restante do país, mas é inegável que

viam sua terra natal como sendo mais desenvolvida que os demais estados da federação, e por isso deveria ter maior independência política, não tendo que ceder ao governo central.

Aconteceu que muitos modelos políticos estiveram em disputa no Brasil antes mesmo da Proclamação da República. Até a mudança de Monarquia para República, efetivada em 1889, podem ser vistos como modelos de administração pública em discussão, e ao longo da República Velha, e, em especial nos eventos que antecederam a Revolução de 1930, também foram espaço dos embates daqueles que não concordaram com as mudanças oriundas do Catete com a chegada de Vargas ao poder. Todavia, o modelo proposto por São Paulo oferecia vantagem apenas à elite local, vencendo aquele de maior adesão dos outros estados.

Vargas não foi destituído por São Paulo, este perdera uma guerra que ainda hoje é comemorada como se tivesse sido vitorioso. Uma construção de vitória que dentre tantos outros fatores, estava ancorada na autoestima bandeirante, exacerbada em tantos veículos, da arquitetura à literatura, passando pela música e, sobretudo, pela política.

2.2 Descrição do conjunto de fotografias do jornal *O Estado de S. Paulo*

Durante o período de guerra, entre os dias 10 de julho a 2 de outubro de 1932, o jornal *O Estado de S. Paulo* veiculou, na edição matinal, um total de 171 fotografias sobre a revolução. Todas as imagens foram tomadas no território paulista, porém, a maioria das imagens focalizavam o centro da cidade de São Paulo.

A análise que empreendemos considerou, em um primeiro momento, que talvez o jornal encontrasse dificuldades de locomoção para realizar imagens mais distantes de sua sede, pois o equipamento fotográfico utilizado na década de 1930 era algo pesado o que dificultava seu transporte. Porém, com o desenrolar da pesquisa o que se entendeu é que para além disso, havia uma intencionalidade de foco. A primeira edição diária do jornal *O Estado de S. Paulo* tinha como tarefa diagnosticar a situação do conflito praticamente em tempo real, dentro do ideário de atualização e de “furo jornalístico”. Concentrando-se nas imediações da sede do periódico, assim, facilitava tal tarefa, uma vez que esta era em região central e vinha revestida de impacto, já que os espaços centrais da cidade eram conhecidos por grande parte dos leitores⁸.

É sabido que nas outras edições realizadas ao longo do dia – como segunda edição ou edição extra – haviam fotografias de outras cidades e até mesmo dos campos de batalha. No dia 18 de julho, por exemplo, os funcionários do jornal Rodrigo de Oliveira, Gentil de Lima e Castro e Ruy Nogueira Martins embarcaram, segundo noticiado no jornal, como voluntários⁹ para a frente de batalha, porém, nas seguintes edições matutinas, não há registro da cobertura jornalística por eles desenvolvida durante os dias em que estiveram combatendo.

Outra característica presente no conjunto fotográfico aqui analisado é a ausência de fotografias noturnas. Estas, bem poucas, foram realizadas apenas em locais fechados com iluminação artificial, supõe-se o fato de não disporem de tecnologia que possibilitasse o manuseio do equipamento em locais com pouca iluminação. Entendeu-se também, que a razão estaria no fato de os fotógrafos e jornalistas atuarem apenas durante o dia para que no correr da noite o jornal pudesse ser confeccionado.

⁸ Também descobrimos que havia outras publicações da mesma empresa jornalística com material iconográfico focalizando outros locais, mas, não conseguimos comprovar se essas outras imagens foram material doado por terceiros ou se havia uma outra equipe do jornal incumbida de cobertura nos campos de batalha em outras localidades fora da capital, que pelas condições de transporte e revelação demoraria mais para ser reproduzidas. De qualquer maneira, este seria trabalho para uma outra pesquisa uma vez que o interesse do presente trabalho está nas fotografias veiculadas apenas na primeira edição.

⁹ *O Estado de S. Paulo*. São Paulo. 18 de julho de 1932, p. 2.

Por fim, verificamos a inserção de convites à guerra. Estas chamadas, tanto por meio de textos escritos, quanto por meio de imagens, e por ambos combinados, intentavam que as pessoas se voluntariassem, de alguma forma, para o combate. Aos homens jovens pobres ou de classe média sugeriam-se os batalhões; às moças jovens caberiam as tarefas de enfermagem; as senhoras casadas de meia idade poderiam ser cozinheiras; as senhoras de terceira idade poderiam costurar; os empresários poderiam mobilizar seus empreendimentos a favor da “causa paulista”, etc... em suma: havia espaço para a colaboração em todos os setores e para toda a população. A função assumida pelo jornal seria a de difundir, informar e persuadir as pessoas de que todo o estado de São Paulo mobilizava-se e que todos tinham o dever moral de fazer parte do levante contra as tropas federais.

Nesta análise do conjunto fotográfico notou-se, sobretudo, um forte teor ideológico, que em sua essência buscou dar um ar de unidade ao estado paulista e mobilizar os diferentes setores da população para se voluntariar nas mais diversas atividades que a guerra exigia para a sua manutenção. Como exemplo, é possível notar na edição do dia 11 de julho de 1932 que os preparativos para a guerra, já em fase avançada, recebem um reforço por meio de um chamado aos leitores. O “anúncio” do jornal pretendia angariar voluntários de forma que demonstrasse certa organização. Precisava-se de profissionais para atuarem em diversas formações, usando exemplos de pessoas que já se manifestaram como forma de incentivar outros a se apresentarem de maneira a cumprirem o dever de paulista:

A Liga de Defesa Paulista, installada á rua de São Bento, 19 (loja), tem, desde hontem, organizado um serviço de alistamento profissional para todos os paulistas dignos que queiram servir á grande causa iniciada. Apenas inaugurados esses trabalhos, foi enorme o enthusiasmo despertado e sem conta as adhesões de profissionaes (médicos, engenheiros, pharmaceuticos, aviadores, tachygrafos, dactylographos, telegraphistas, rádio-telegraphistas, mecânicos, chauffeurs, etc.) que espontânea e nobremente se apresentaram. Esse alistamento funcconará dia e noite e para elle dirige a Liga de Defesa Paulista o mais insistente chamado, certa de que nenhum paulista digno faltará a esse dever urgente. (*O Estado de S. Paulo*, 12 de julho de 1932)

As 171 imagens foram classificadas e analisadas em sua totalidade segundo o tema proposto pelo fotógrafo no ato do registro e combinadas com os textos que as acompanham no jornal. Isto nos levou a constatar que para além do ofício jornalístico de informar a população acerca do desenrolar da trama bélica, o jornal ainda mesclou conteúdos sobre política e cotidiano das cidades e da frente de batalha durante os dias de luta, e, sobretudo, a explicitação da forma

como o jornal apoiou o levante. Ou seja, por meio do controle da opinião pública, onde as causas revolucionárias eram exaltadas e sem espaço para opiniões contrárias com total ausência de debate político e reflexão, e no recrutamento de voluntários para a guerra, o jornal *O Estado de S. Paulo* se transformou em um espaço de organização, difusão e controle das estratégias de mídia sobre o levante.

Para entender de que maneira a mobilização do jornal operou sobre a população, fez-se necessário, sobretudo, que se organizassem as fontes segundo os assuntos mais veiculados nos jornais por meio das fotos, cotejando-as sempre com algum texto, para então, em um segundo momento, classificar as fotografias por tema. O gráfico 1 mostra a organização por assunto que realizamos.

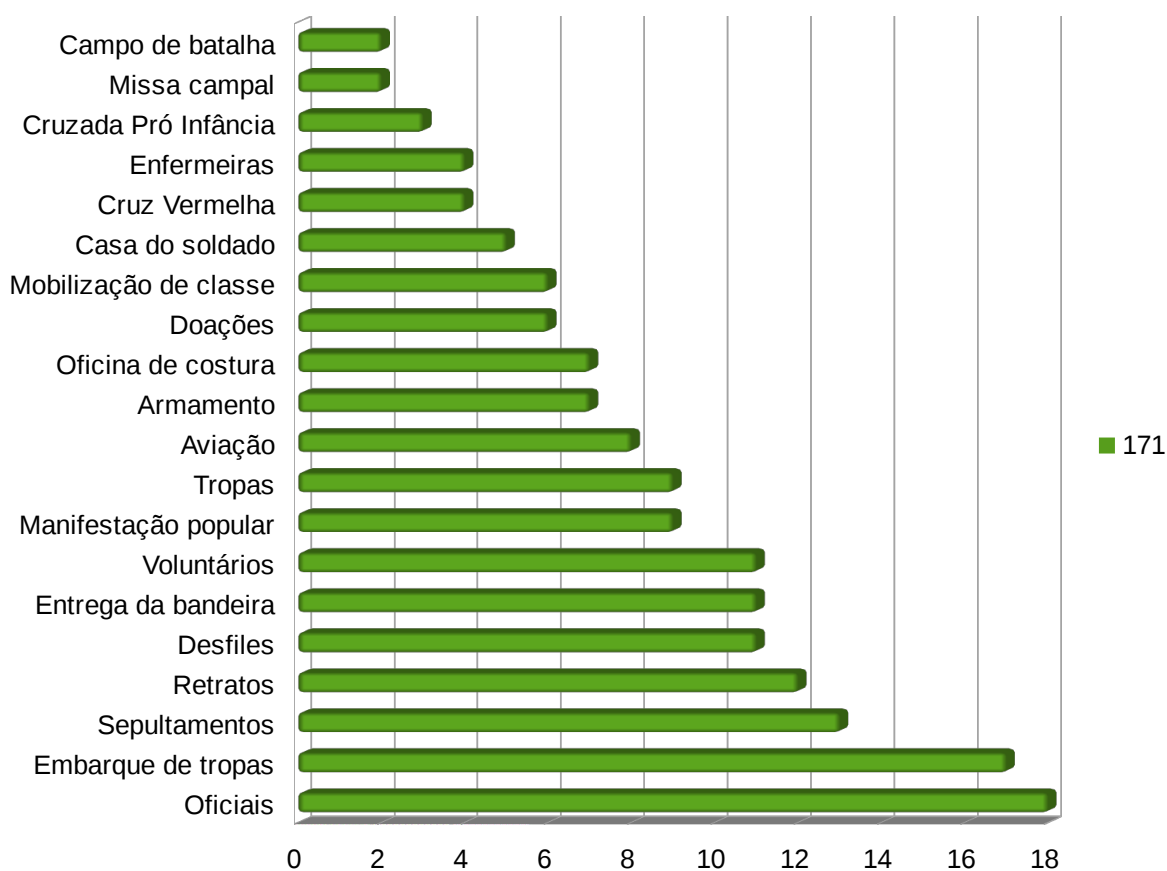


Gráfico 1- Tema das fotografias

Na classificação dos temas mais recorrentes nas fotografias veiculadas no jornal *O Estado de S. Paulo*, nota-se que a vontade de mostrar que a capital sediava a inteligência estratégica político-militar é evidente, dada a quantidade de fotografias que retratam os oficiais de outras

localidades que pela cidade passaram, trabalharam ou que nela residiam. Essas fotografias foram tomadas sempre demonstrando a localização dessas pessoas, normalmente identificadas com o nome de um edifício considerado importante, o nome de uma rua de grande movimento ou praças marcadamente como pontos de mobilização popular, como o Largo do Thesouro, Praça do Patriarca ou Praça da Sé. Enfim, são tomadas fotográficas que buscaram de alguma forma marcar a importância geográfica do acontecimento, o endereço do centro de inteligência das operações na capital que se espraiaram por quase todo o território paulista.

Foi também nas fotografias que tratam dos embarques de tropas, normalmente realizadas nas estações Luz ou Brás (também chamada de Estação do Norte) que se traduziu a ideia da importância da capital no confronto, pois muitas tropas de outras cidades, tinham que obrigatoriamente passar pela cidade para treinamento antes de irem ao local de combate.

Como os militares e o governo paulista estavam concentrados na capital, quando estes foram para as frentes de batalha, a notícia chegava via telégrafo ou correspondência. Contatar isto nos levou a perguntar: estaria o jornal poupando de perigo seus profissionais? A edição matinal seria exclusivamente destinada à mobilização da população da capital? Ou as fotografias tinham que registrar apenas o que foi considerado importante como a base da inteligência político-militar?

Outra quantidade de tema das fotos consideradas vultosas são os sepultamentos. Porém, as imagens tratam apenas de personalidades ilustres, com três ou quatro fotos para o mesmo funeral, o que não espelha de maneira real a quantidade de tombados nos conflitos. O que se nota no discurso jornalístico é a omissão dos voluntários que estavam morrendo, pois mesmo nos dias de grandes baixas, as manchetes traziam um otimismo que levava a população a acreditar que estava vencendo a guerra, quando na verdade estava perdendo voluntários nos campos de batalha.

Talvez seja por isso que é notável no conjunto fotográfico a baixíssima presença de fotografias que dessem conta de outras áreas fora da capital. Para as outras cidades envolvidas na causa, o jornal reservou o gênero textual, sendo as fotografias quase todas batidas na cidade de São Paulo para a mobilização do povo da capital. Assim, entende-se que o trabalho feito pelo jornal estava alinhado às necessidades do governo paulista, às necessidades dos militares e a manutenção de uma ordem social anterior ao governo de Getúlio Vargas.

Para a historiadora Barbara Weinstein, os acontecimentos de 1932 estão relacionados ao desejo de uma elite na manutenção de uma ordem anterior a 32, pois considera-se que a

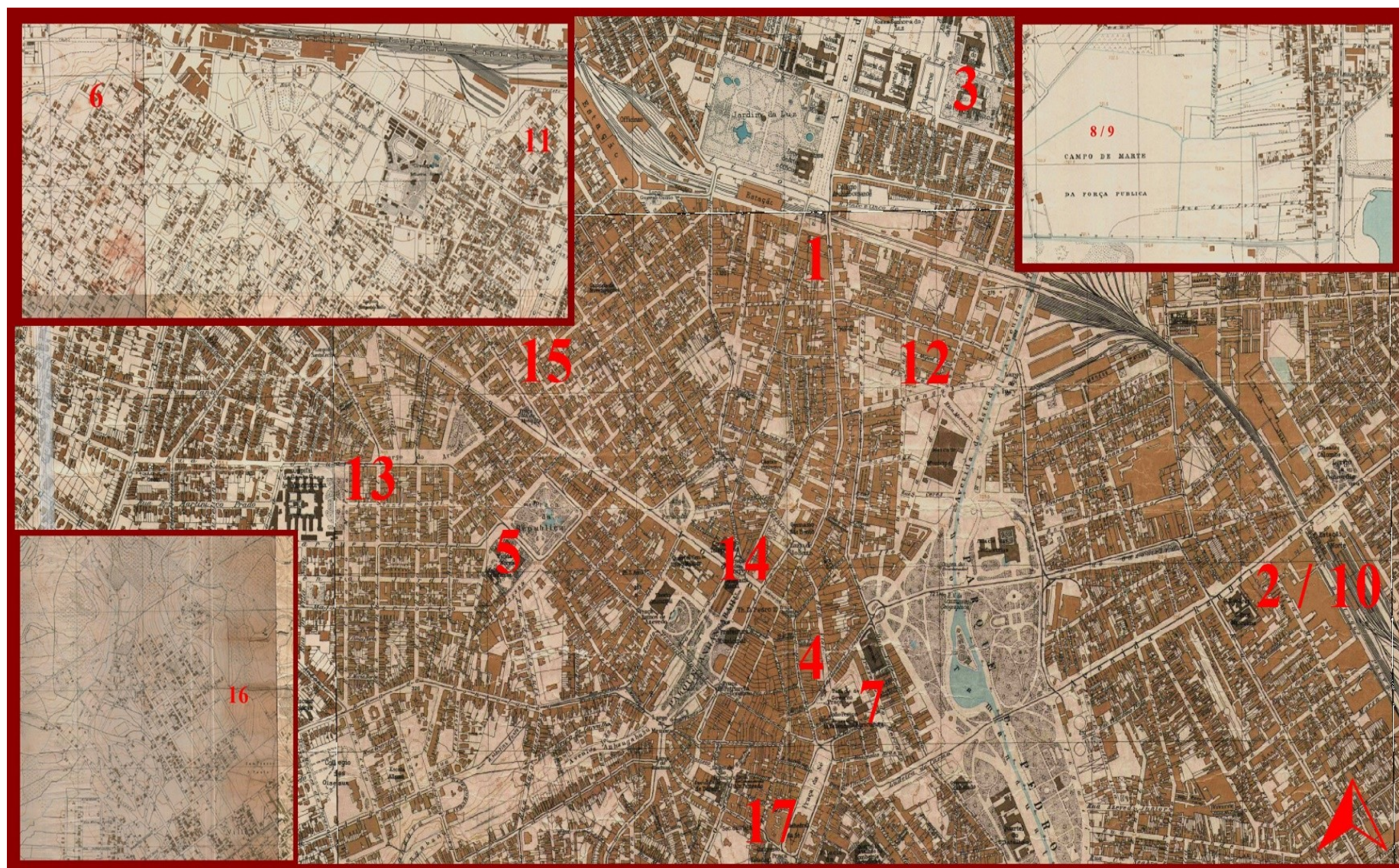
centralização do poder político foi lido como a subordinação de São Paulo ao Rio de Janeiro, e as ideias de democracia iriam alinhar o estado “locomotiva” ao restante do país, ou seja, sudestinos, sulistas, nortistas e nordestinos estariam no mesmo patamar de direitos, cidadania e decisões no jogo político, algo que não queriam os paulistas quando analisados a luz dos discursos por eles construídos em torno da excepcionalidade bandeirante e veiculado discursivamente pelo jornal:

De fato, uma das mais marcantes características dos discursos paulistas durante esse período é a crescente identificação do regime Vargas com as regiões empobrecidas e, em grande medida, não-brancas do norte e nordeste do Brasil – a despeito do fato de Vargas e seus auxiliares mais próximos serem do extremo sul do Brasil. As bases para essa identificação variavam, mas muitos escritores proeminentes alegavam que apenas povos que tinham alcançado o estágio “industrial” de civilização sentiam necessidade das regras da lei; sociedades agrárias e pastoris, como as do nordeste, teriam uma afinidade natural com regras arbitrárias e autoritárias. Ademais, as tropas federais que “invadiram” São Paulo eram consistentemente descritas como tendo sido recrutadas entre os habitantes semi-selvagens do nordeste atrasado. Por meio desse processo de representação, os paulistas elevaram o caráter cultural e civilizado de sua própria campanha, ao mesmo tempo que as forças de Vargas eram situadas no campo do atraso, da incivilidade e dos elementos mais “obscuros” da sociedade brasileira. (WEINSTEIN, 2006, p. 289-290)

Para além da propaganda política, da qual o jornal foi responsável, viu-se também, por meio da propaganda ideológica, o jornal da família Mesquita envolvido na organização de diversos batalhões, na organizações de trabalhos voluntários civis em torno da Casa do soldado¹⁰, em oficinas de costura e em doações dos mais diversos gêneros como meias, camisas, tecidos, alimentos, dinheiro e até na célebre campanha Ouro para o bem de São Paulo.

Foi por meio dos textos que acompanham as fotografias veiculadas pelo jornal que se localizou o endereço das 20 imagens selecionadas. Elas dizem respeito à seguinte organização: uma de cada tema, e todas na capital de São Paulo; as outras 151 imagens também fazem referência aos mesmos locais que as 20 aqui exemplificadas, o que corrobora a ideia da cidade de São Paulo ter figurado como a capital da guerra, pois além da presença do corpo político, militar, empresarial estaria também na cidade a maior parte representativa dos industriais, das escolas de medicina e dos jornais. No mapa abaixo, demarcaram-se as localidade de importância no conflito e também os apagamentos ou esquecimentos dados a determinadas áreas periféricas que tiveram envolvidas no conflito de 1932:

¹⁰ A Casa do soldado foi uma instituição de caráter civil, criada no curso dos acontecimentos para servir de referência aos soldados, possuía uma pequena estrutura para enviar cartas aos familiares, alimentação, descanso, curativos, muda de roupas, lazer, etc.



Mapa 1- Geolocalização das fotografias no Sara Brasil

Legenda do mapa de geolocalização das fotografias no Sara Brasil¹¹

Nº da legenda	Logradouro	Foto publicada no jornal em:
1	Rua Brigadeiro Tobias, Centro, São Paulo	14 de julho de 1932
2	Estação do Norte, Brás, São Paulo	13 de julho de 1932
3	Rua Guilherme Maw, Bom Retiro, São Paulo	26 de setembro de 1932
4	Rua XV de Novembro, Centro, São Paulo	20 de setembro de 1932
5	Praça da República, Centro, São Paulo	15 de julho de 1932
6	Rua Padre Chico, Perdizes, São Paulo	27 de julho de 1932
7	Largo do Palácio, Centro, São Paulo	11 de julho de 1932
8	Campo de Marte, Sant' Anna, São Paulo	26 de julho de 1932
9	Campo de Marte, Sant' Anna, São Paulo	19 de julho de 1932
10	Estação do Norte, Brás, São Paulo	12 de julho de 1932
11	Rua Martha, Campos Elísios, São Paulo	13 de agosto de 1932
12	Rua da Cantareira, Parque Dom Pedro, São Paulo	30 de julho de 1932
13	Rua Santa Isabel, Santa Cecília, São Paulo	07 de agosto de 1932
14	Rua Libero Badaró, Centro, São Paulo	12 de julho de 1932
15	Rua Barão de Limeira, Centro, São Paulo	10 agosto de 1932
16	Rua Madalena, Vila Madalena, São Paulo	20 de agosto de 1932
17	Praça da Sé, Centro, São Paulo	04 de agosto de 1932

Na composição do mapa acima, tomando por base o mapeamento Sara Brasil, de 1930, assumiu-se a localização de dezessete das cento e setenta e uma fotografias, uma de cada tema, como forma de demonstrar o deslocamento feito pelo fotógrafo na tomada das imagens, e para entender a relação da primeira edição do jornal com os acontecimentos da guerra no centro da cidade de São Paulo.

Por meio deste mapa é possível notar as ausências das vozes no discurso que se construiu acerca da guerra, pois se o jornal estava veiculando a ideia de que todo o estado estava envolvido numa força- tarefa pela causa constitucionalista, por que não constam registros de municípios

¹¹ Disponível em http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx, acessado em 28 de setembro de 2019.

próximos do centro e socialmente e economicamente, como Diadema, Santo Amaro, Guarulhos, entre outros?

Supõe-se que isto ocorra por dois motivos: ou estes lugares não se mobilizaram da forma como o jornal esperava, tendo em vista que a guerra permeava um crivo econômico-social, ou, estes lugares distavam da sede do jornal de forma que se tornava impossível a locomoção de todo um aparato técnico para que fosse realizado o registro fotográfico. Esta última ideia pode ser facilmente refutada quando se tem em vista que nas outras edições do jornal havia fotografias de lugares como a própria frente de batalha.

Assim, o que se assumiu como a causa de todas as fotografias estarem no centro da cidade seria pela importância que o jornal dava a este lugar no desenrolar da guerra. De fato, a capital sediava todo o aparato da inteligência de guerra, mas isto também demonstra o modo como a cidade figurava no imaginário geopolítico do momento em questão. Trata-se de um período em que o jornal *O Estado de S. Paulo* assumia, ou reafirmava um posicionamento *Liberal* e expressava este posicionamento cotidianamente não apenas por meio dos textos veiculados no jornal, mas em toda a estrutura orgânica da empresa, no discurso das notícias, nas imagens e até na relação com anunciantes e leitores.

Capítulo 3

Análise fotográfica e os locais onde as fotografias foram batidas

Neste capítulo, com base nos referenciais teóricos dos autores como Borys Kossoy, Susan Sontag, Roland Barthes, John Berger e Ulpiano Menezes expostos no capítulo 1, realizamos análise de vinte, das cento e setenta e uma imagens publicadas no jornal *O Estado de S. Paulo* entre os dias 09 de julho e 02 de outubro de 1932.

As imagens que compõem o conjunto fotográfico das edições matinais do jornal *O Estado de S. Paulo* a respeito da Revolução de 1932 foram disponibilizadas em versão on-line¹², podendo ser baixado diretamente no site do próprio jornal. No caso das imagens aqui utilizadas, estas foram obtidas junto a hemeroteca da biblioteca Mário de Andrade¹³, onde os jornais foram fotografados e convenientemente anexados a esta monografia.

Estando em posse das imagens, inúmeras são as possibilidades de combinação destas para investigação, podendo ser escolhidas apenas as fotografias com crianças, imagens apenas de mulheres, de soldados, etc. para entender estes papéis no discurso do conflito. A escolha para este trabalho buscou primeiramente identificar quais assuntos estavam presentes nas fotografias que foram publicadas no jornal, para então agrupá-las segundo a repetição do tema da imagem¹⁴, o que resultou nos vinte temas colocados no gráfico 1 e analisados separadamente neste capítulo.

A partir da classificação das imagens em vinte temas, escolhemos uma de cada tema para análise. A escolha da foto obedeceu aos critérios de qualidade da imagem, pois nem todas estavam em condições visuais de reprodução; identificação com a revolução, ou seja, não bastava a legenda, seria preciso que a imagem oferecesse indícios dos principais acontecimentos e discursos que caracterizam os eventos de 32; e, possibilidade de localização geográfica, não bastava que a imagem informasse a cidade em que foi realizada, seria preciso o nome da rua¹⁵ para compreensão da dinâmica entre o fotógrafo e a cidade para compor o mapa 1.

A disposição dos temas das imagens analisadas é uma classificação quantitativa decrescente que obedece o critério estabelecido no Gráfico 1, ou seja, inicia-se com o tema de

12 Disponível em <https://acervo.estadao.com.br/>

13 R. Dr. Bráulio Gomes, 125 - Centro Histórico de São Paulo, São Paulo - SP, 01047-020.

14 Dessa maneira foi possível elaborar o Gráfico 1.

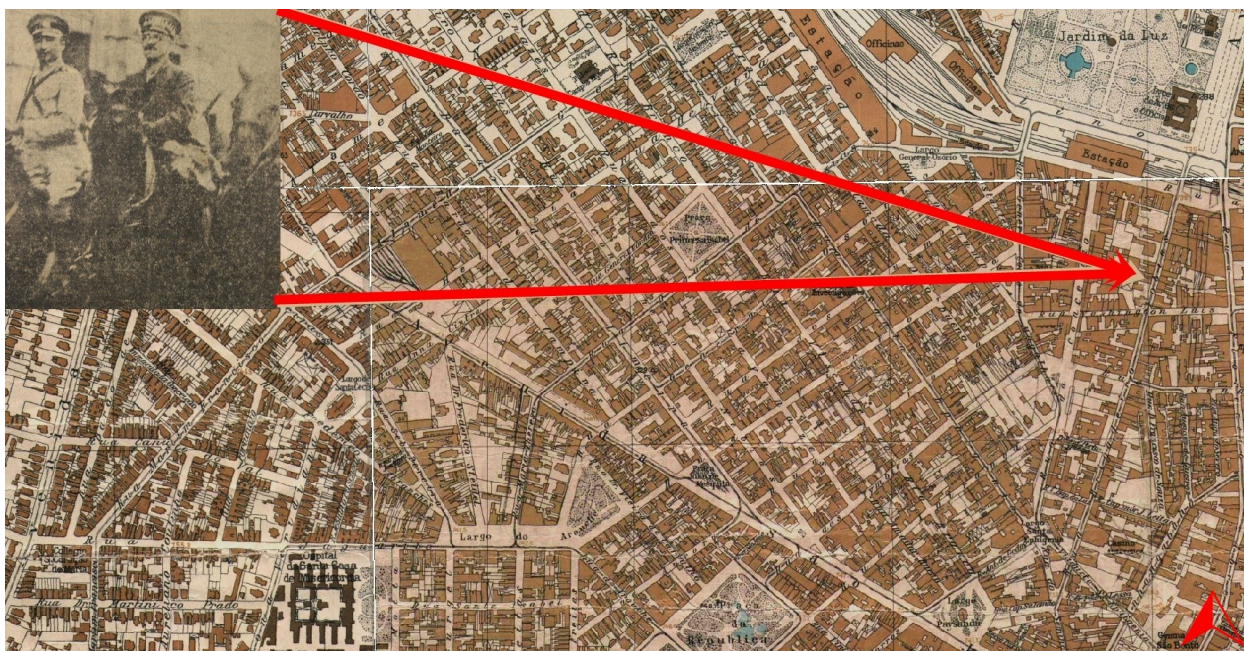
15 Exceção aos temas Doações e Campo de batalha que não foi possível localizar o endereço.

maior número de imagens, como por exemplo “Oficiais”, e finaliza com o tema de menor número de imagens, como por exemplo “Campo da batalha”.

Tema da fotografia 1: Oficiais



Imagem 3- *O Estado de S. Paulo*, 14 de julho de 1932.



Mapa 2- Rua Brigadeiro Tobias, Centro, São Paulo.

O conjunto de fotografias que trata dos oficiais tem sempre um tom de grandeza. Tomadas quase sempre de baixo para cima, com legenda que valoriza o nome e a patente do retratado, a maioria das fotos também foi realizada dentro da cidade de São Paulo, pois como a capital foi o centro de operações da guerra, quase todos os oficiais constitucionalistas tiveram que em algum momento passar por ela, o que propiciava ao jornal a captura da imagem para a edição seguinte. Algumas das fotos deste conjunto não são acompanhadas de texto; não há notícia que dialogue com a imagem. O que pressupõe a popularidade dessas autoridades que poderiam facilmente ser reconhecidas numa foto apenas com uma legenda.

A imagem acima foi tomada na Rua Brigadeiro Tobias, quando o general Klinger chegou a São Paulo para se integrar ao corpo da inteligência da revolução constitucionalista. A matéria do dia traz diversas imagens pelas quais é possível notar a importância e a popularidade atribuída ao general que desembarcou na estação Luz onde uma multidão de pessoas o aguardava.

Tema da fotografia 2: Embarque de tropas



Imagem 4- *O Estado de S. Paulo*, 13 de julho de 1932.



Mapa 3- Estação do Norte, Brás, São Paulo

O embarque de tropas foi retratado pelo jornal como um momento de grande importância na vida dos que iam ao *front*. Retratava-se quase sempre um momento de amizade no qual os soldados mostram-se descontraídos, alegres, pois são fotografados sempre sorrindo, na presença da família. Para fixação deste momento de apoio da família, via de regra retratam-se as figuras femininas da mãe e da irmã - quando o soldado é moço -, ou da esposa e dos filhos - quando o soldado apresenta mais idade. Ao se analisar o conjunto de fotografias do jornal *O Estado de S. Paulo* é corrente notar, em vários momentos, diferentes garotos que beiravam os quinze anos de idade que estiveram alistados junto a algum batalhão.

A fotografia acima foi tomada na estação do Brás, tendo, ao fundo, uma locomotiva a vapor. Vê-se, então que o local foi cuidadosamente escolhido pelo fotógrafo, inclusive a pose dos soldados que foram posicionados de modo a dar um grande corpo à imagem. Chama a atenção a alegria dos soldados já que vários alguns estão acenando com os braços. Estas características das fotografias nos revelam que talvez esses voluntários não soubessem, ao certo, o que lhes esperava, pois soldados militares de formação para a guerra raramente acham graça e alegria no momento de ir para a frente de batalha, pois estão cientes do perigo que os espera no *front*.

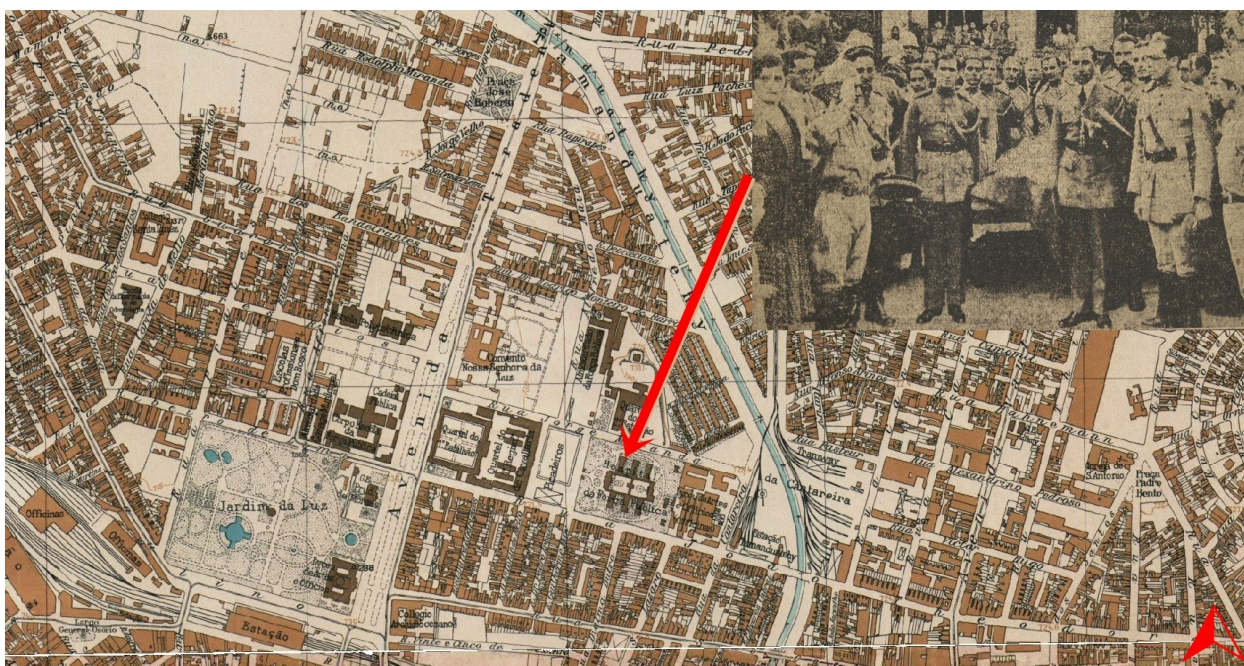
Estas imagens corroboram a ideia posta por Mota e Santos quando estes alegam que os voluntários não recebiam o treinamento adequado para atuarem como soldados numa guerra,

ficando muitas vezes feridos e até sendo mortos por não dominarem técnicas básicas de ataque e defesa.

Tema da fotografia 3: Sepultamento



Imagem 5- O Estado de S. Paulo, 26 de setembro de 1932.



Mapa 4- Rua Guilherme Maw, Bom Retiro, São Paulo.

No conjunto de fotos que trata dos mortos durante a guerra, notou-se a singularidade no que diz respeito à organização dos componentes da imagem, pois a posição da urna funerária está sempre centralizada e rodeada pelos oficiais que seguram as alças do caixão, nestas fotografias quase sempre há a presença de uma mulher que possivelmente seria a esposa ou mãe do falecido.

Ao analisar o conjunto de fotografias que trazem as mortes acontecidas durante a revolução constitucionalista de 1932 como tema da imagem, notou-se que o jornal noticiou apenas ilustres pessoas que tombaram em campo de batalha, pois, segundo André Mota e Marco Cabral dos Santos, morreram entre 600 e 800 soldados da tropa constitucionalista durante os combates, porém o que se nota é a notícia da morte de apenas 13 pessoas, todas elas membros da elite paulistana.

A possível explicação para que o jornal assumisse esta postura é coerente com a intenção de mobilizar a população, que na maioria das vezes foi retratada de forma entusiasmada a caminho da frente de batalha. Notícias de mortos em combate poderiam assustar a população e reduzir gradativamente o número de voluntários que se alistavam, “desde as primeiras semanas de batalhas, os veículos de comunicação de São Paulo propagandeavam os triunfos do ‘constitucionalista’, alimentando um clima de vitória iminente, sobretudo pela ocultação das diversas baixas que as tropas paulistas vinham sofrendo” (MOTA; SANTOS, 2010, P.76).

Tema da fotografia 4: Retratos



Imagem 6- *O Estado de S. Paulo*, 7 de setembro de 1932

As fotografias de retratos totalizam doze itens, sendo metade deles veiculadas no dia 11 de julho e trata especificamente das figuras-chaves que estavam na manifestação do Largo do Tesouro quando da eclosão da guerra. Este tema buscava demonstrar que São Paulo estava bem arregimentado dado a “boa formação e índole” dos que estavam à frente das principais decisões militares e políticas.

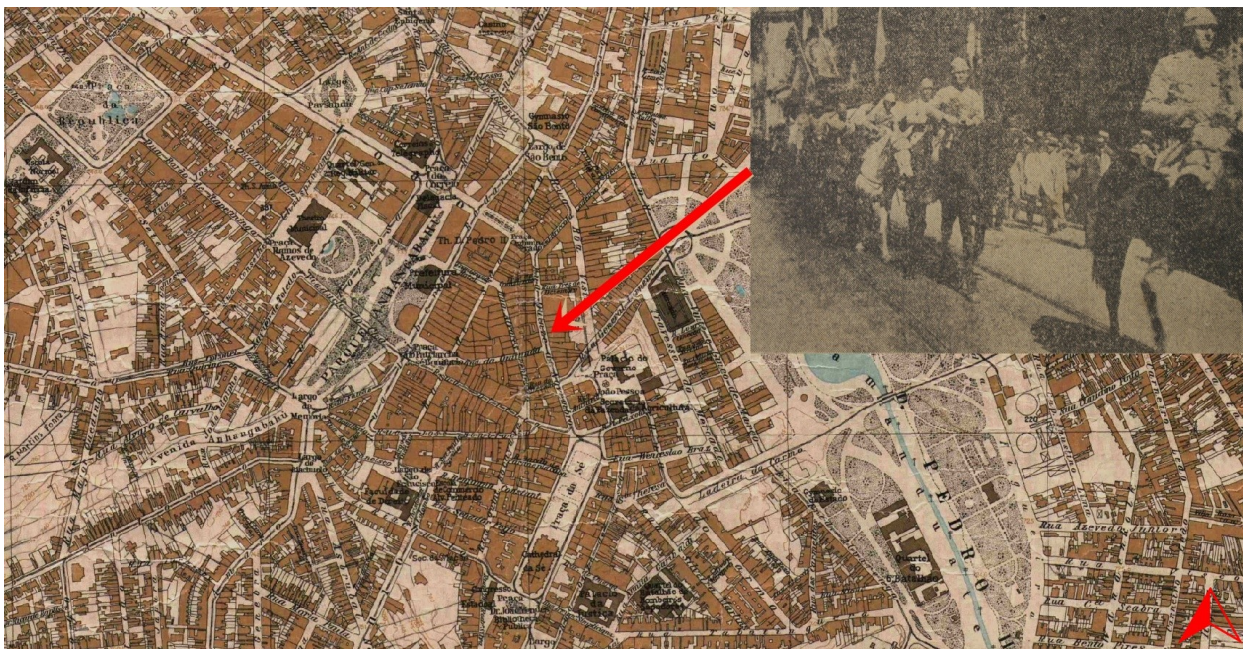
As demais fotografias, todas de homens, buscam dar um tom de seriedade e de popular aos que se envolveram no levante, demonstrando por meio dos retratos o caráter dos que iam voluntariamente para a frente de batalha. Na imagem acima chama a atenção a idade da pessoa que se voluntariou e morreu aos 16 anos. Isto permite afirmar que o levante valeu-se da vida de adolescentes em número não desprezível.

Tema da fotografia 5: Desfiles



A cavallaria de Castro quando desfilava pela rua XV

Imagem 7- *O Estado de S. Paulo*, 20 de setembro de 1932.



Mapa 5- Rua XV de Novembro, Centro, São Paulo.

Os desfiles aconteciam no centro da cidade como parte de um ritual que se fazia antes do embarque destas tropas para o campo de batalha, depois de já terem participado da entrega da bandeira e da missa campal, este seria um momento em que os soldados se apresentavam à população demonstrando força e organização. Tratava-se, também, de um momento em que toda a família assistia ao evento, pois em algumas fotos as esposas e filhos também estavam na imagem de mãos dadas ao soldado.

Os posicionamentos que o fotógrafo utilizava para retratá-los eram quase sempre nas laterais para que os soldados formassem na imagem uma fila dando a ideia de infinito, não sendo possível verificar por meio da fotografia o final da fila. Estava, também, sempre abaixo dos soldados para que estes parecessem maiores do que eram na realidade, dando uma ideia de grandeza.

A imagem acima foi tomada na rua XV de Novembro, quando a cavalaria da cidade de Castro¹⁶ passou pela capital, antes de seu embarque para a zona de operações do exército constitucionalista. Além das características fotográficas já mencionadas, é possível aferir que o fotógrafo também quis que a imagem demonstrasse a participação da população no evento, caso

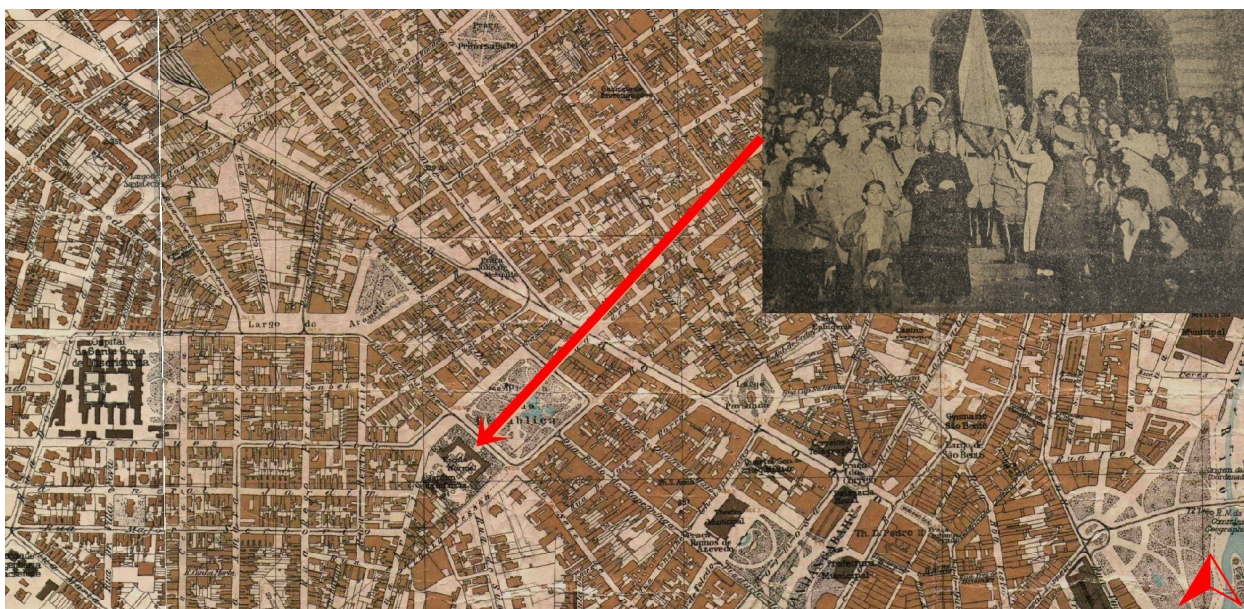
16 O comando das tropas constitucionalistas esperavam que os estados de Mato Grosso, Minas Gerais e Paraná aderissem à causa, o que não aconteceu, Minas Gerais chegou a atacar São Paulo na frente norte. Daí entende-se a presença das tropas de Castro pelo centro de São Paulo.

contrário teria se posicionado do outro lado do desfile para que as pessoas não saíssem atrás da linha da cavalaria.

Tema da fotografia 6: Entrega da bandeira



Imagem 8- *O Estado de S. Paulo*, 15 de julho de 1932.



Mapa 6- Praça da República, Centro, São Paulo.

A entrega da bandeira foi um ato solene instituído entre os todos os batalhões; uma ação simbólica no qual indicava que os soldados pertenciam a determinado grupo e que lhes conferia oficialmente a participação no evento bélico. O ato acontecia quase sempre ao final do treinamento, antes que se realizasse a missa campal e um desfile pré embarque para o campo de batalha. Verificou-se também em todas as fotos desta cerimônia a presença de um padre e de mulheres, dentre elas uma convidada como madrinha do batalhão, já as outras possivelmente seriam familiares dos combatentes:

Hoje partirá também para a frente o 2º batalhão do Regimento de Engenharia. A este batalhão será oferecida ainda hoje, no Parque da Água Branca, por sua madrinha d. Sylvia Junqueira Netto Azevedo a bandeira.

Em sua homenagem também será rezada hoje, às 10 horas missa campal celebrada por frei Lourenço, tendo sido convidadas para assistil-a as altas patentes do Exército e da Força Pública, o mundo oficial e as figuras representativas da nossa sociedade.

Logo em seguida á missa o 2º Batalhão do Regimento de Engenharia desfilará pela cidade e, depois embarcará para a zona de operações. (*O Estado de S. Paulo*, 04 de agosto de 1932)

Na fotografia acima é possível observar que a bandeira é o tema principal, posicionada ao centro da imagem tendo o padre ocupado o lado esquerdo, os soldados ao fundo e possivelmente os familiares espalhados à frente da fotografia.

Tema da fotografia 7: Voluntários



Imagem 9- *O Estado de S. Paulo*, 27 de julho de 1932



Mapa 7- Rua Padre Chico, Perdizes, São Paulo.

Fotografia batida provavelmente no dia 25 de julho de 1932, quando da visita do Doutor Costa Neto ao Grupo Escolar Miss Browne, localizado na rua Padre Chico nº 102 no bairro de Perdizes, para organizar o Batalhão de voluntários de Professores daquela região. É possível notar que Costa Neto seguiu para o grupo escolar acompanhado de soldados que estão na primeira fila, logo atrás está o grupo de professores vestidos de terno.

Na foto acima, diferente das demais fotos de apresentação de voluntários à “causa constitucionalista”, notamos a seriedade do batalhão de voluntários que auxiliaram a guarda civil por determinação do governo, o que nos leva a questionar se este batalhão seria mesmo de voluntários ou foi exigido que a classe de professores se manifestassem a prestar contribuição ao *front*?

No dia anterior à edição do jornal que trouxe esta foto, foi publicada uma nota no qual informava da visita do então Costa Neto ao colégio, seguido da informação que por ordem de autoridades do governo (não especificou qual autoridade) os professores atuariam junto à Guarda Civil, auxiliando no policiamento de determinada região.

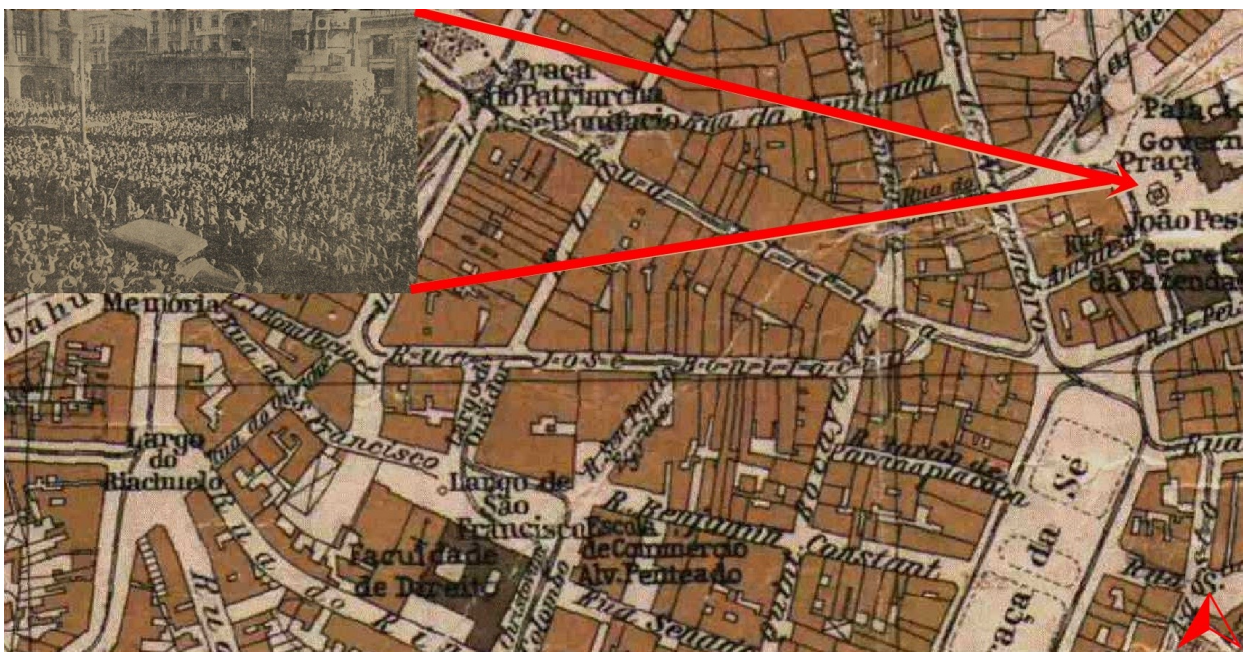
Estariam mesmo todos os paulistas envolvidos na causa da guerra? Esta fotografia vista isoladamente não conduz a tal reflexão, mas associando o conjunto fotográfico que trata dos que se voluntariaram à legenda desta foto, surge esta dúvida: a fonte selecionada coloca esta

interrogação ao comparar esta imagem ao conjunto de fotografias que tratam dos voluntários, já que a totalidade das imagens registram momento de alegria e descontração.

Tema da fotografia 8: Manifestação popular



Imagem 10- *O Estado de S. Paulo*, 11 de julho de 1932.



Mapa 8- Largo do Palácio, Centro, São Paulo.

As manifestações populares ocorreram em espaços geográficos de grande importância na décadas de 1930, o que nos permite ter contato com uma outra São Paulo, pois os espaços de referência dentro do tecido social são distintos do que se tem hoje na cidade de São Paulo, por isso as imagens trazidas pelo jornal aconteceram todas no atual “centro velho” da cidade, ou seja, estação da Luz, rua XV de Novembro, praça do Patriarca e até na estação do Brás que também era conhecida como estação do Norte.

Na imagem acima é possível observar que o fotógrafo tomou a imagem a partir de uma das janelas antigo Palácio do Governo, no Pátio do Colégio. O fotógrafo provavelmente escolheu este lugar para que pudesse registrar a chegada de automóvel de Pedro de Toledo que falou à multidão quando da sua nomeação como interventor do Estado no domingo dia 11 de julho. O evento pode ser considerado um dos mais importantes desde a eclosão da revolução dada a extensa cobertura que o jornal deu, totalizando quatro imagens que compõem o conjunto deste tema, Paulo Nogueira Filho narrou a frenesi deste dia com as seguintes palavras:

O povo era convocado para a proclamação de Pedro de Toledo, governador revolucionário de São Paulo, designada para as 15 horas. Mas as 13, já a cidade regorgitava. No largo de São Francisco avolumavam-se a massa quando se organizou uma passeata para comunicar aos paulistanos a próxima aclamação do chefe de seu governo civil. (...) Era uma imensa massa humana que, avultando de momento a momento, se juntava agora à multidão que já replenava aquele logradouro, sede do governo do Estado. Calculou-se a presença de cem mil pessoas. (AMARAL, 1982, p.114)

Na edição de segunda-feira dia 11 de julho de *O Estado de S. Paulo* além da importância dada pelo jornal durante o evento para o recrutamento de voluntários para as frentes de batalhas, destaca-se uma suposta carta e uma leitora:

A hora em que São Paulo reafirma na tradição heróica do seu povo a sua fé inabalável no direito, na liberdade, eu saúdo, na memória de Júlio e Mesquita, o apóstolo da liberdade e do direito, a alvorada do triunfo da causa.

A mulher brasileira cônica do seu dever presta-se para secundar o nobre esforço dos seus irmãos, tanto quanto para oferecer o sangue de seus filhos. A frente pois! (*O Estado de S. Paulo*, 11 de julho de 1932)

Portanto é possível afirmar que já nos primeiros dias de revolução o papel que ocuparia *O Estado de S. Paulo* já estava definido, nesta publicação é evidente a visão que veiculava-se a respeito do jornal e na defesa da causa paulista. Nas outras notícias sobre as manifestações

populares o tom de “liberdade para São Paulo” frente a “tirania do governo federal” inflamaria cada vez mais as páginas deste meio de comunicação.

Tema da fotografia 9: Tropas



Imagem 11- *O Estado de S. Paulo*, 26 de julho de 1932.



Mapa 9- Campo de Marte, Sant' Anna, São Paulo.

Nesta fotografia é possível notar que os três soldados foram cuidadosamente posicionados para a produção da imagem. O fotógrafo posicionou-se meio de lado a altura dos combatentes. Nota-se que há um outro elemento, que o fotógrafo preferiu omitir, ficando apenas o rastro de uma sombra. Embora os três estejam fardados, notamos que apenas um deles porta uma arma; pode-se inferir que, de um lado, há a escassez de armas para todos os soldados e, por outro, que por ser uma fotografia, os outros dois soldados estavam apenas sem as armas naquele momento.

A localização é percebida graças a legenda que sinaliza o Campo de Marte como o espaço geográfico do registro. Acredita-se que o motivo desta fotografia seria o de sinalizar a importância deste lugar no desenrolar do conflito, uma vez que também há uma gama de fotografias sobre aviação dentro do mesmo espaço.

No conjunto fotográfico que retrata as tropas é comum que haja sempre mais de um personagem, a presença de armas e quase sempre os soldados que aparentam a mesma idade, o fotógrafo está sempre buscando um ângulo no qual ressalte a grandeza e o empenho dos que estão a caminho das frentes de batalha, essas fotografias são quase todas tomadas dentro dos batalhões ou quando alguma tropa do interior passa pela cidade uma vez que a totalidade do conjunto fotográfico foi realizada dentro da cidade de São Paulo.

As tropas que compuseram o exército de guerra foram, em sua maioria, compostas no calor do momento no qual os oficiais militares de alta patente aquartelados em São Paulo sabiam que os militares profissionais seriam numericamente poucos para o combate. Carecia-se, então, de mais gente, fato que demonstra, mais uma vez, uma ideia de universalidade no levante. Porém mantendo a mesma estrutura social, por exemplo na região de Avaí, foi composto um batalhão apenas de índios e, em São Paulo, outro apenas de pessoas negras o que dá um tom no discurso pós-guerra de inserção dessas populações.

A Revolução Constitucionalista de 1932 foi um momento crucial para se considerar o que significava ser paulista, como isso se relacionava com o ser brasileiro, e quais as implicações para as demais identidades regionais. Embora a derrota de São Paulo soasse como a morte para as máquinas políticas com bases regionais da República Velha, sua posição duradoura como centro econômico dominante no Brasil permitiu que uma construção particular e racializada da identidade paulista sobrevivesse e florescesse depois que as forças Constitucionalistas depuseram suas armas. (WEINSTEIN, 2006, p. 282-283)

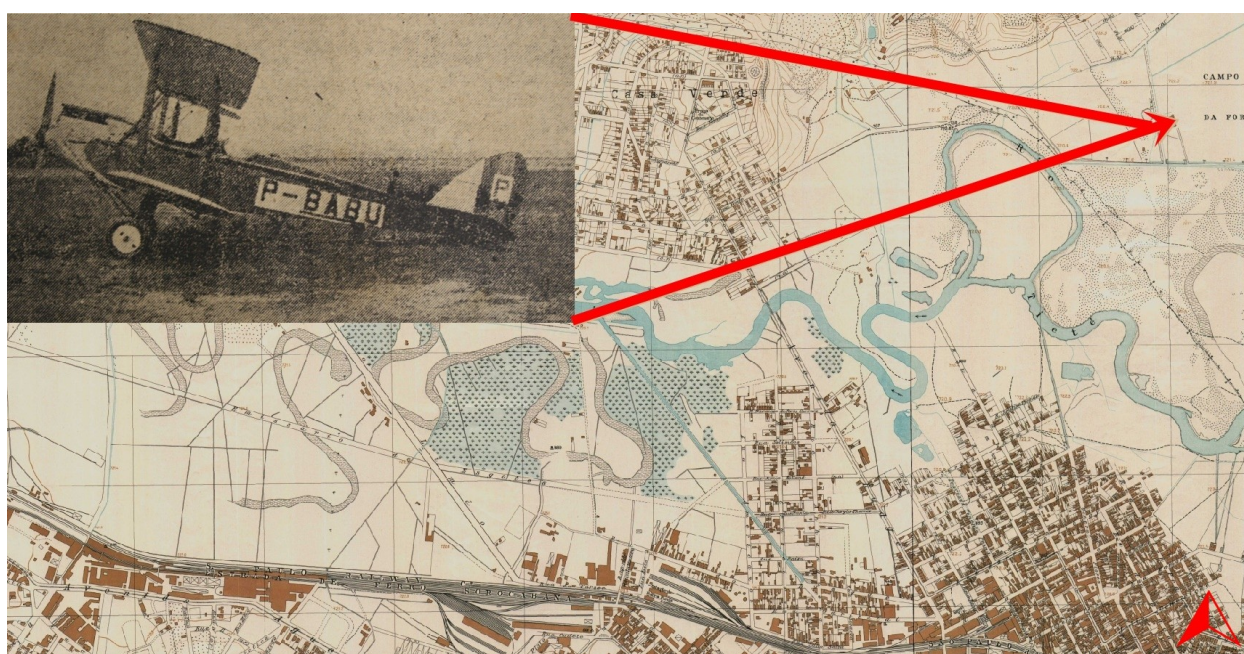
Como se sabe, pouco ou nada mudou no cotidiano dessas pessoas depois da guerra, basta lembrar que as ondas migratórias de japoneses e italianos continuavam a todo vapor no estado

para substituir trabalhadores não-desejados: a dos descendentes de pessoas que foram escravizadas. Esta situação foi posta por Capelato e Prado (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 39) sob a ótica dos administradores do jornal e pelo corpo político paulista da década de 1930 no qual não viam problemas no tecido social do estado nem do país, para estes o Brasil carecia apenas de renovação política.

Tema da fotografia 10: Aviação



Imagem 12- *O Estado de S. Paulo*, 19 de julho de 1932.



Mapa 10- Campo de Marte, Sant' Anna, São Paulo.

As imagens que tratam da aviação trazem sempre modelos de aeronaves de civis que as colocaram a serviço da guerra porque o governo do estado não dispunha de uma frota aérea militar com pessoal formado para este fim tal qual os federalistas. Após a revolução de 1930, Getúlio Vargas junto com alguns generais da Aeronáutica, havia mudado o centro de operações, comando e inteligência de São Paulo para o Rio de Janeiro, por isso os aviões militares que poderiam servir às manobras da guerra do lado paulista estavam com os federalistas de tal forma que o Campo de Marte, que outrora fora um importante espaço para a aviação militar, estava desde então servindo a alguns ricos proprietários civis de aviões com baixa potência para uso bélico, fabricados para o transporte de 2, no máximo 4 passageiros.

Num resumo dos diários de Paulo Nogueira Filho realizado por Pedro Ferraz do Amaral em 1982 é possível notar a precariedade com que contava os constitucionalistas com relação a sua aviação, bem como a desproporcionalidade de forças nas frentes de combate:

Nessa e em outras oportunidades, numa das quais foram lançados doze a quatorze bombas no Mato Cumprido, a nossa aviação não se fez presente. Nem podia estar. As peripécias de sua organização impediam-no. Em primeiro lugar, deve-se reconhecer que dos dezessete aviões com que teoricamente contava, apenas oito estavam em condições de servir para a guerra... Em segundo lugar, cumpre considerar circunstâncias ligadas ao fator humano: assim como era deficiente o material de combate, era diminuto o pessoal habilitado. (AMARAL, 1982, p.172)

Mesmo nestas condições o jornal diversas vezes retratou tanto os aviadores quanto os aviões como sendo algo de grandioso capaz de competir com a frota federalista. Na legenda da fotografia é possível notar o contraste desigual do combate:

O avião Gipsy Moth de propriedade do sr. G. Nelson Smith, está prestando valiosos serviços á causa constitucionalista, tendo feito mais de 35 horas de vôo desde o inicio das operações.

Foi este o avião que nas mãos do capitão Ismael Guilherme, manteve luta com um avião inimigo, sendo furado a balas.

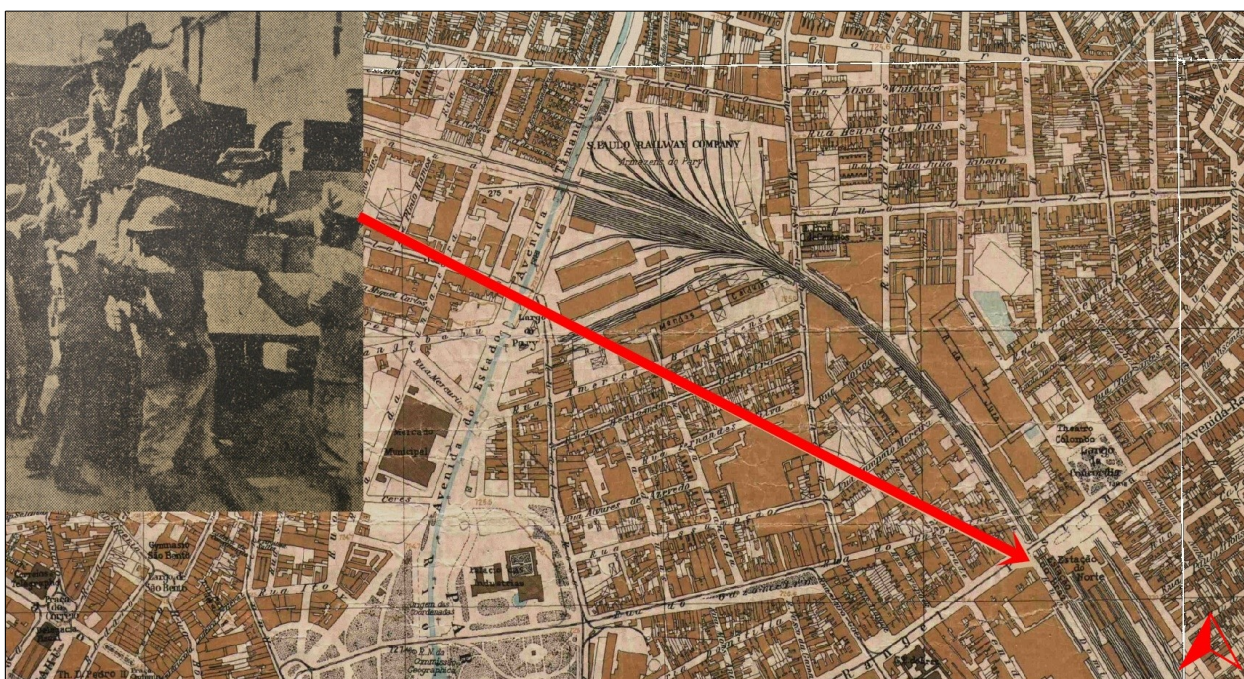
Com o piloto civil Júlio Costa, foi o primeiro avião a entrar em contacto com a frota do governo federal e os 'Saviolla Marchetti' em S. Sebastião, e a fazer o reconhecimento no litoral. (*O Estado de S. Paulo*, 19 de julho de 1932)

Esta legenda da imagem que foi veiculada em 19 de julho não traz mais nenhuma informação do ocorrido. Os demais textos ao redor da imagem tratam de outros assuntos da guerra como a doação de um trem pela Companhia Paulista (que mais tarde será o famoso blindado), segundo o que têm observado no correr da pesquisa é que a grandiosidade representada por este meio de comunicação servia mais de influenciador da opinião pública do que para aferir com precisão a utilidade da coisa noticiada.

Tema da fotografia 11: Armamento



Imagem 13- *O Estado de S. Paulo*, 12 de julho de 1932



Mapa 11- Estação do Norte, Brás, São Paulo.

O conjunto fotográfico que trata dos armamentos buscava demonstrar que as tropas paulistas estavam preparadas para lidar com as forças federais, trata de revólveres, rifles, metralhadoras e canhões. O arsenal usado nos ataques e defesa dos constitucionalistas foram as armas do Estado em poder da Força Pública, Exército, doações dos próprios voluntários e algumas foram compradas no correr da guerra e entraram pelo porto de Santos antes do embargo realizado pelo governo federal. Ao longo do confronto São Paulo desenvolveu estratégias de armas como um automóvel e um trem blindados, mesmo assim estava aquém do poder de fogo das forças federais.

Passado o mês de agosto, os constitucionalistas começaram a sentir ausência dos suprimentos; faltava munição para as armas de São Paulo, e as tropas já não avançavam rumo ao Rio de Janeiro. Há muito custo os paulistas mantinham os postos conquistados, mas na cidade a notícia era a de que se avançava e ganhava a guerra; as baixas do exército não eram noticiadas.

Tema da fotografia 12: Oficina de costura



Imagem 14- *O Estado de S. Paulo*, 13 de agosto de 1932



Mapa 12- Rua Martha, Campos Elísios, São Paulo.

As mulheres mais retratadas no jornal durante a guerra estão associadas principalmente às atividades de alimentação, saúde – como enfermeiras, não como médicas – e de costura para os soldados. Essas constatações ficam evidentes na mobilização que o jornal realizou na procura por voluntários e na determinação das atividades que estes poderiam realizar. Os espaços reservados às mulheres estavam sempre distantes dos locais de combate, mesmo nas situações em que enfermeiras estavam nas chamadas zonas de operação.

A imagem acima retrata parte da rotina do Centro de Assistência Social das Perdizes, que localizava-se na rua Martha, mesmo endereço do Colégio Pedro II. É possível notar que o fotógrafo tomou duas imagens e a edição do jornal as editou conjuntamente como se a câmera não fosse capaz de retratar todo o espaço. Talvez sejam duas salas diferentes no qual mulheres de idades diferentes juntamente com crianças que não passam dos cinco ou seis anos de idade, posam para a fotografia demonstrando alegria e ambiente acolhedor.

As organizações da comunidade civil das mais diversas oficinas de costura espalhadas pelo estado foram capazes de vestir a todos os envolvidos na guerra numa mobilização que exigia esforço de todos. Independente das condições das famílias considerava-se que todos deveriam esforçarem-se de alguma forma para a vitória de São Paulo.

O centro foi montado pela Sra. Zizi Moreira (também responsável pela entidade Cruzada Pró- Infância), exclusivamente para o momento em que São Paulo vivia, servindo alimentação à população carente que não estava na guerra (as famílias dos soldados em guerra estavam sendo assistidas pelo M. M. D. C.). Segundo o jornal, o centro carecia de diversas doações, inclusive as máquinas de costuras das donas de casa para que as voluntárias do centro pudessem confeccionar as fardas que os soldados vestiriam na guerra.

Estes espaços de organização feminina retratam o tecido social da década de 1930 em que se pode notar uma estrutura binária de locais e atividades que perpassam o gênero das pessoas; homens e mulheres têm funções e lugares delimitados e que não se misturam, mesmo nos espaços de convívio entre os sexos. Os papéis também são delimitados entre masculino e feminino, por isso na imagem acima é provável que o único homem do ambiente seja aquele que exerce uma função considerada totalmente masculina, ou seja, o fotógrafo.

Por outro lado, seriam estes ambientes também capazes de fomentar espaços de construção de identidades, troca de ideias e fortalecimento de grupos numa sociedade marcada pelas mais variadas formas de segregações e classificações social.

Tema da fotografia 13: Doações



Aspectos apanhados em dois estabelecimentos bancários, durante as horas destinadas às ofertas de ouro

Imagem 15- *O Estado de S. Paulo*, 13 de agosto de 1932

A imagem acima foi publicada no dia 13 de agosto de 1932, auge da campanha de doação de ouro da população para a causa constitucionalista, na qual o jornal atuou de forma sistêmica por meio de propagandas, notícias e fotos para angariar não apenas adeptos à guerra na prestação de serviços voluntários, mas também em toda a espécie de doações. Criou-se um discurso no qual todos, absolutamente todos os cidadãos de São Paulo pudessem contribuir de alguma forma com a guerra, cada campanha publicitária ou noticiosa para angariar donativos dispunha de um público específico de forma que todos os perfis se enquadrariam em algum aspecto de ajuda, no caso da Campanha tudo por São Paulo, o alvo foram as mulheres de classes média e alta.

A campanha da Associação Comercial de São Paulo, iniciada em agosto de 1932, não só para cobrir as despesas da guerra, mas também com a intenção de mobilizar a população para a revolução, pedia aos paulistas que contribuíssem com suas joias de ouro – brinco, abotoaduras, colares, até mesmo alianças - “para p bem de São Paulo”. Embora o apelo fosse dirigido a *todos* os paulistas, era virtualmente inevitável, dada a natureza da campanha, que fosse identificado com pessoas de determinada camada social e posições de gênero. É óbvio que era muito maior a probabilidade de mulheres das classes média e alta terem grandes quantidades de joias de ouro do que as de meios mais modestos ou então dos homens em geral. Assim, as muitas celebrações do sucesso da campanha deram testemunho principalmente da generosidade e abnegação da Mulher Paulista, descrita como mulher de classe média ou alta. As crônicas sobre a campanha também fornecem excelentes exemplos, mostrando como os papéis de gênero tendem a reforçar a condição inferior das mulheres no contexto da guerra, mesmo quando são celebradas por suas virtudes e sacrifícios. (WEINSTEIN, 2004, p. 84)

No dia 04 de agosto, na primeira página é possível ler a seguinte matéria: “tudo para São Paulo: uma senhora oferece todas as joias da família”, estas propagandas estavam atingindo com sucesso as mulheres das camadas média e alta do tecido social, pois até “a famosa pianista Guiomar Novaes causou comoção ao doar para a Campanha do Ouro a medalha que conquistara no Conservatório de Paris, onde, com apenas 14 anos de idade, fora julgada por Claude Debussy” (MOTA; SANTOS, 2010, p.36). Estes são relatos que demonstram que a propaganda estava atingindo de forma precisa o aspecto simbólico da vida pessoal dos indivíduos da cidade, pois estes figuravam nos relatos dos jornais como doadores de objetos que tinham mais valor simbólico- emocional do que valor pecuniário.

Tema da fotografia 14: Mobilização de classe



Imagem 16- *O Estado de S. Paulo*, 30 de julho de 1932



Mapa 13- Rua da Cantareira, Parque Dom Pedro, São Paulo.

Fotografia batida na empresa Romeiro Pinto & Cia localizada na rua Cantareira n° 13 por motivo da doação de um cheque no valor de 1:500\$ (um conto e quinhentos mil réis) entregue na

sede do jornal *O Estado de S. Paulo*, para que este o enviasse às famílias dos combatentes do “Batalhão Rio Grande do Norte”. A quantia foi composta por meio de um rateio que começou com os proprietários da empresa José Vicente Romeiro Pinto que doou 200\$ (duzentos Réis), Matheus Romeiro Pinto também 200\$ (duzentos Réis) e Miguel Romeiro Pinto doou 100\$ (cem Réis), ou seja um terço do valor doado partiu dos proprietários, o restante do valor foi composto por dias de trabalho dos funcionários que não se alistaram para ir ao campo de batalha. Na empresa Romeiro & Cia alistaram-se sete funcionários que no dia da reportagem já haviam partido para o campo de batalha, o restante estaria mobilizado para a guerra prestando serviços na própria empresa.

Atos como este foram muito comuns em muitas empresas da cidade no qual os proprietários ao mobilizarem capital para a guerra, acionavam a imprensa para realizar o registro jornalístico da contribuição “voluntária” de todos os funcionários da empresa, o que demonstrava também que os patrões influenciaram de maneira contundente na posição política dos funcionários, pois das 28 organizações tidas como de classe mobilizadas em esforços de guerra apenas quatro eram realmente formada exclusivamente por trabalhadores, as demais eram de organizações patronais.

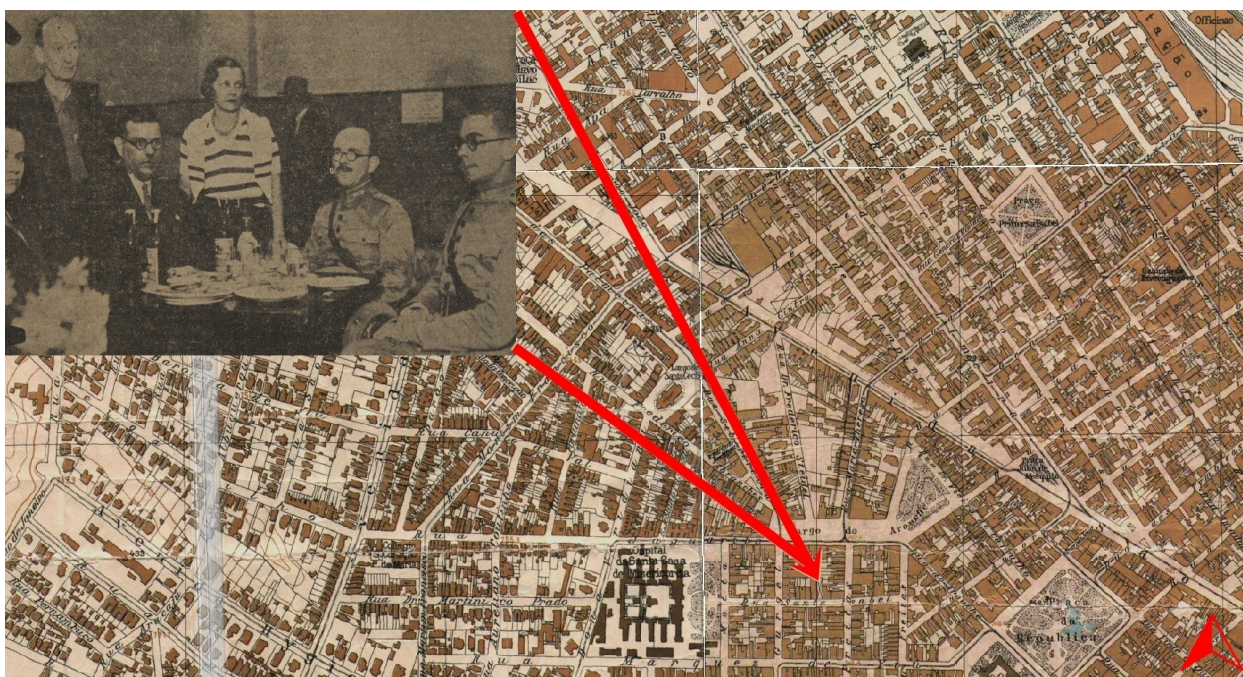
A participação dos trabalhadores urbanos era também motivo de disputa simbólica. Uma vez que a adesão do empresariado paulista fora enérgica, amassa de operários – especialmente na capital – viu-se igualmente engajada nos esforços de guerra. No entanto, nas falas dos articuladores e lideranças civis do levante, o engajamento desses homens figurava como uma participação de classe, conferindo ao movimento constitucionalista a universalidade de que necessitava (MOTA, SANTOS. 2010 p. 35).

Na foto acima, é possível notar que alguns dos fotografados saíram de cabeça baixa, demonstrando, talvez, que não gostariam de estar na fotografia, mas por ser um acontecimento da empresa em horário de expediente, talvez estes funcionários não pudessem decidir entre sair ou não na fotografia, poderiam então decidir dentro da empresa se queriam apoiar ou não o levante? É possível que nem todos os trabalhadores estivessem de acordo com a guerra, porém, de um lado, é difícil explicar a grande adesão das classes populares nas frentes de batalha, por outro, esta mesma classe causava grande insegurança entre os dirigentes políticos que temiam que a guerra ganhasse outro contorno, pois trabalhadores armados poderiam virar rebelados comunistas.

Tema da fotografia 15: Casa do soldado



Imagem 17- *O Estado de S. Paulo*, 07 de agosto de 1932



Mapa 14- Rua Santa Isabel, Santa Cecília, São Paulo.

A casa do Soldado foi uma organização da sociedade civil criada no seio da guerra que prestou serviços em todo *O Estado de S. Paulo*. Um espaço que servia alimentação, com lazer e descanso aos soldados que estavam aquartelados ou de passagem pelos diversos batalhões, normalmente mantido por doações, administrado e operado por meio do trabalho das mulheres num momento em que “o engajamento de mulheres e crianças era devidamente explorado nas mensagens de convocação dos homens para o alistamento voluntário” (MOTA, SANTOS. 2010 p. 32), pois o discurso deixava claro que se até as crianças estavam trabalhando voluntariamente, caberia aos homens fazer muito mais pelo estado.

Na fotografia acima é possível notar que o jornal e o fotógrafo buscaram dar importância à instituição ao retratar oficiais militares de alta patente da guerra frequentando o espaço. Na composição da imagem temos uma mulher ao centro, já que eram elas quem mantinham todo o local. Há, também, uma mesa na qual, aparentemente, foi servida refeição, e os homens ao redor dela, dividido em dois aspectos, do lado direito os militares, e do lado esquerdo, os políticos representados pela imagem do homem de terno e gravata.

O conjunto de fotografias que tratam da Casa do soldado também foi, em sua maioria, tomado dentro da cidade de São Paulo, porém, o jornal noticiava a presença desta instituição em todo o estado. São imagens que, junto com outras, buscam demonstrar o aparato assistencialista que os soldados dispunham:

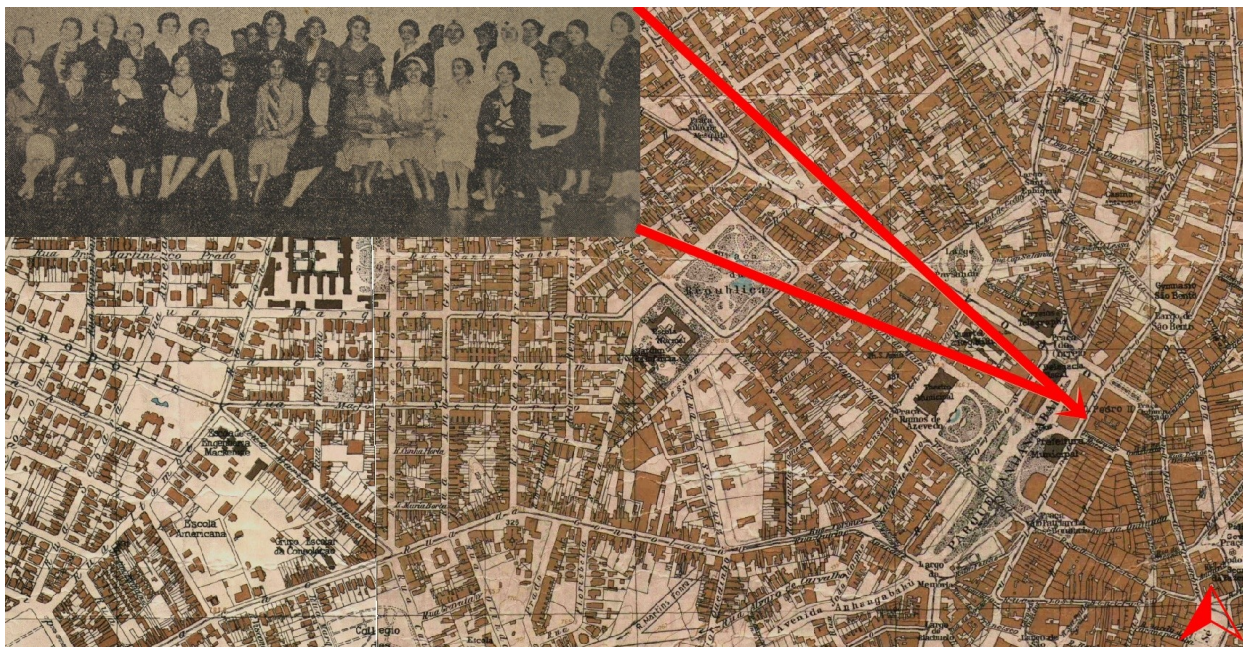
Nas salas do escriptório do sr. dr. João Manuel Vieira de Moraes, á rua Direira n. 2, 3. andar, foi instalada a Casa do Soldado de Pirassununga, onde os soldados , vindo das linhas de frente em licença ou em convalescença, encontram pouso, refeições completas, muda do fardamento e roupas brancas, banhos cigarros, café, ligeiros curativos, material e dactylographos para correspondência, sendo também prestados serviço de informações ás pessoas das famílias sobre a posição e estado de saúde dos soldados (*O Estado de S. Paulo*, 7 de agosto de 1932).

O jornal veiculou esta instituição como sendo uma organização civil onde interessados que se dispusessem para tal serviço, em companhia de outras pessoas ou instituições poderiam junto à prefeitura solicitar autorização para o funcionamento da Casa do Soldado. No caso da cidade de São Paulo, o funcionamento seria solicitado junto ao Batalhão M. M. D. C., os serviços oferecidos foram custeados, segundo o jornal, por meio de doações que possibilitavam estrutura capaz de oferecer dormida, refeição, em alguns casos, também um pequeno ambulatório médico. A atuação do jornal na Casa do soldado não foi o de incentivar a abertura da casa, mas o de doações para a manutenção das que já estavam em funcionamento.

Tema da fotografia 16: Cruz Vermelha



Imagem 18- *O Estado de S. Paulo*, 12 de julho de 1932



Mapa 15- Rua Libero Badaró, Centro, São Paulo.

A Cruz Vermelha foi uma instituição retratada pelo jornal da mesma forma que a Cruzada Pró- Infância e o Centro de Assistência Social das Perdizes, ou seja, instituições de caráter

filantrópico, administrado por mulheres e que se dispuseram a serviço da guerra. Estas instituições periodicamente estavam no jornal como forma de engajamento exclusivamente para as mulheres na causa constitucionalista, pois

Suas contribuições para a revolução, apesar de serem louvadas a cada omento, continuavam sendo trabalhos bastante mundanos – comparados ao heroísmo e à morte no campo de batalha – e limitavam-se a costurar uniformes, cuidar dos feridos, ajudar às famílias dos voluntários ou angariar fundos para a guerra. Na fase final da guerra civil, esta última atividade recebeu especial atenção, quando mulheres das classes médias e alta se tornaram simultaneamente alvo e emblema visual da “Campanha do Ouro”. (WEINSTEIN, 2004, p. 83)

A foto acima, veiculada pelo jornal no dia 12 de julho de 1932 visava mostrar o envolvimento desta parcela da população na guerra. Trata-se de uma imagem das mulheres que atuaram na instituição sem nenhum texto acompanhando a fotografia que foi batida 2 dias antes de sua publicação, quando realizou-se uma reunião na qual decidiu-se que a instituição iria oferecer, de forma emergencial, cursos de enfermagem às mulheres que se voluntariassem na causa constitucionalista. Abaixo desta foto há uma outra que mostra a atuação masculina: o embarque de tropas para a frente de batalha, o título do jornal do dia é: “o movimento revolucionário constitucionalista empolga a consciência cívica de São Paulo” uma primeira página que mostra um povo mobilizado e que ao mesmo tempo busca mobilizar os que ainda não tomaram partido.

A Cruz Vermelha, ao que tudo indica, já estava a par dos futuros acontecimentos, participando ativamente dos preparativos para os momentos do levante, pois quando da grande manifestação do dia 10 de julho, o conselho diretor reuniu-se para a criação de um curso de enfermagem e para a organização de atendimentos médicos:

Na séde da Cruz Vermelha, realizou-se hontem, ás 15 horas, uma reunião do conselho director, a qual compareceram quasi todos os membros e grande numero de sócios commicionados. Diante da grave situação que S. Paulo atravessa, ficou resolvido tomar-se várias providências, entre as quaes a criação de um posto médico na Faculdade de Direito, conforme solicitação feita. Neste posto que desde hontem começou a funcionar ficarão de plantão permanente médicos e enfermeiras para socorro de emergência (*O Estado de S. Paulo*, 11 de julho de 1932).

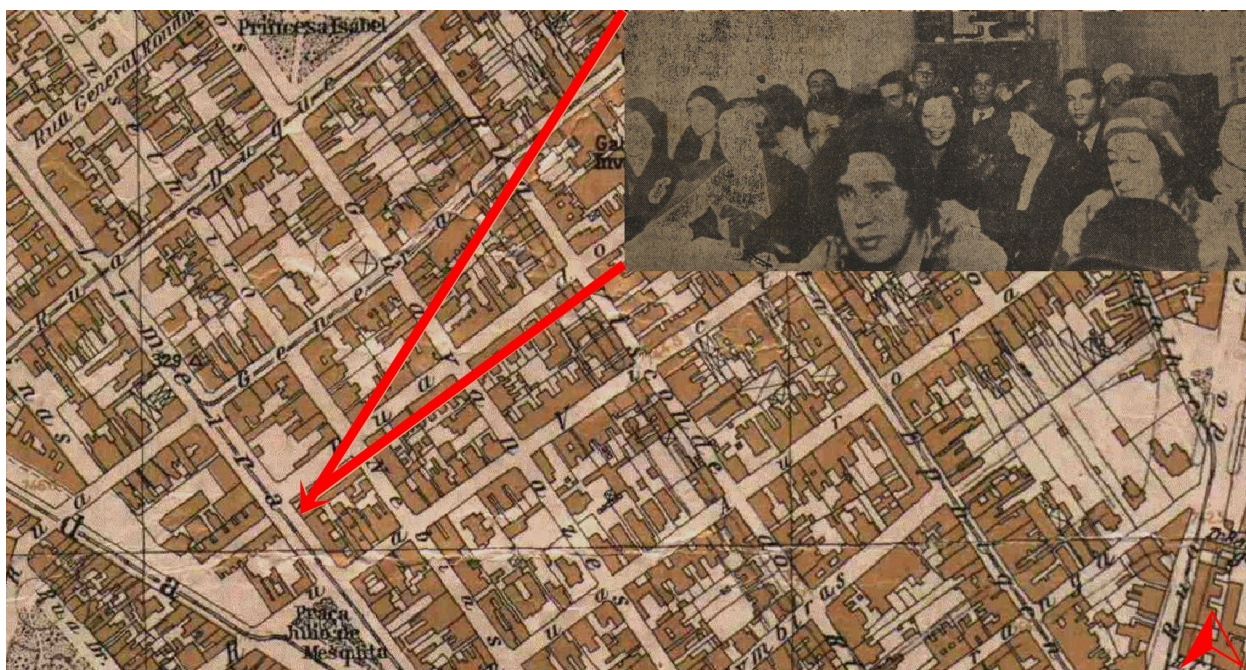
Como é possível notar nesta matéria, no dia 10 de julho a instituição já estava mobilizada, o que indica que estava envolvida com a causa revolucionária, participando ativamente das organizações do levante antes mesmo de sua anúncio oficial, o que demonstra que não foi uma empreitada que se iniciou no curso na guerra, foi, antes, parte de um planejamento, tomaria para si a parte que lhe caberia nos cuidados médicos dos feridos em guerra. Daí entende-se a importância que o jornal dava a esta instituição, pois em quase todas as edições veiculadas

durante o levante havia referência à Cruz Vermelha, seja no pedido de doações, na divulgação dos cursos ou elogios ao trabalho pelas enfermeiras desenvolvido.

Tema da fotografia 17: Enfermeiras



Imagem 19- *O Estado de S. Paulo*, 10 agosto de 1932



Mapa 16- Rua Barão de Limeira, Centro, São Paulo.

A fotografia cima foi tomada dentro da primeira sede da Liga Feminina de Defesa Nacional em parceria com Cruz Vermelha Brasileira na rua Barão de Limeira no centro da cidade de São Paulo. Ali eram oferecidos, além do curso de enfermagem, sopa à população. Após a conclusão do curso básico, muitas dessas moças seriam embarcadas para alguma cidade do interior que não dispunha de escola de enfermagem para prestar seus serviços voluntários aos feridos. A ideia era a de que a essas mulheres o espaço dentro da guerra que lhes cabia era o de cuidar dos feridos em local próximo, porém seguro, na frente de batalha.

Essas mulheres retratadas pelo jornal tinham um espaço bem delimitado dentro do tecido social da década de 1930 no qual lhes cabia em espaços bem definidos, Se as mães estavam retratadas dentro do espaço da Cruzada Pró-Infância, às moças, solteiras, sem filhos e com idade por volta dos 20 anos, estavam dentro das escolas de enfermagem. Na edição de 11 de julho na qual se noticia a criação do curso de enfermagem da Cruz Vermelha é possível notar a distinção entre os sexos: “ficarão de plantão permanentemente médicos e enfermeiras (...). Na mesma reunião ficou ainda resolvido que fosse imediatamente iniciado um curso de enfermeiras voluntárias para as senhoras da nossa sociedade (...)” (*O Estado de S. Paulo*, 11 de julho de 1932).

Além da idade e do sexo das pessoas retratadas como enfermeiras, cabe salientar que a escola foi batizada com o nome de sua proprietária: dona Alice Tibiriçá, numa forte referência à ideia dos fundadores da cidade. De um lado, os bandeirantes e, de outro, os índios, sendo a família Tibiriçá uma das que mais se popularizou na construção do mito dado o relacionamento que esses indígenas estabeleceram com os colonizadores dentro da cidade de São Paulo, a identidade das mulheres não passaria incólume ao discurso do bandeirante:

Não apenas o regionalismo era generificado nesse contexto, mas o próprio gênero era regionalizado (e diria eu com conotações raciais). Representações da Mulher Paulista – expressão cuja inferência arquetípica foi reforçada pelo uso atípico de letras maiúsculas na linguagem romanceada) não se apoiavam apenas em imagens da mulher moral por natureza e distante do tumulto da vida pública, mas descreviam-na como mulher de fibra excepcional em consequência das tradições regionais de longa data. Foram, em especial, os jornalistas e cronistas paulistas que criaram uma imagem da mulher paulista baseada na saga dos bandeirantes. (WEINSTEIN, 2004, p. 74-75)

As fotografias sobre as enfermeiras abarcam uma gama de imagens tomadas também dentro da Cruz Vermelha Brasileira, uma instituição que atuou fortemente durante o período de guerra e por isso foi classificada como um tema específico dado a quantidade de imagens sobre esta instituição.

Tema da fotografia 18: Cruzada Pró Infância,



Imagem 20- O Estado de S. Paulo, 20 de agosto de 1932



Mapa 17- Rua Madalena, Vila Madalena, São Paulo.

A Cruzada Pró-Infância foi uma entidade fundada pela Sra. Pérola Byington com a finalidade de prestar “assistência médica, sanitária, hospitalar, material e maternal, e recebe para isso parturientes pobres a quem proporciona todos esses benefícios” (*O Estado de S. Paulo*, 16 de agosto de 1932), que aderiu a causa constitucionalista:

A Cruzada Pró-Infância tendo oferecido a séde de seu Dispensário, bem como seus serviços ao governador do Estado, realizou hontem uma reunião para lançamento das bases de seu plano de acção a ser desenvolvido dentro da sua finalidade de assistência social. Como inicio de seus trabalhos ficou deliberado ser posto desde já seu Dispensário á disposição das famílias dos quer partiram para a alinha de frente. Outrossim, ficou assente conservar-se a Cruzada em reunião permanente à rua Santa Magdalena n. 56 para attender as necessidades do momento bem como para receber as adhesões das pessoas que quizerem colaborar nesse movimento (*O Estado de S. Paulo*, 14 de julho de 1932).

Após a adesão de suas diretoras ao movimento revolucionário as notícias e fotografias veiculadas pelo jornal a respeito da entidade visava exclusivamente angariar doações para manutenção dos centros, sendo publicado periodicamente os nomes das pessoas, empresas e instituições que realizaram essas doações que iam para além da sede localizada na Vila Madalena como retratada na imagem acima, eram distribuídas nas outras sete unidades de atendimento, sendo eles o Centro Liberdade - Vila Mariana, Centro do Bom Retiro, Centro da Bela Vista, Centro de Sant’ Anna, Centro do Belém e Centro Ipiranga.

As coberturas que o jornal realizou nas diversas unidades da Cruzada Pro- Infância também evidenciam o lugar da mulher no tecido social da década de 1930, ou seja, as atividades voltadas ao lar, à família, alimentação, costura e aos cuidados assistenciais.

É também de importância ressaltar que o fotógrafo fez o registro de cima para baixo, mostrando as mulheres com crianças sentadas e uma outra, provavelmente funcionária ou voluntária da entidade de pé, o que dá um tom de hierarquia entre os elementos fotografados. Não há dúvida de que foi um registro no qual o tema foi cuidadosamente pensado, montado para demonstrar, por um lado, que havia alguma forma de assistência às mulheres cujos maridos estavam em guerra e elas em situação de maternidade estavam asseguradas pela entidade, por isso a presença das crianças no colo de suas respectivas mães. A mesma fotografia sem a presença das crianças poderia dar margem para um outro tema que não o da relação da entidade representada pela figura do estabelecimento que reuniu diversas mães no mesmo espaço físico, sentadas em cadeiras com a maternidade representada pela figura da criança no colo e com o cuidado representado pela figura da enfermeira.

Tema da fotografia 19: Missa Campal



Imagem 21- *O Estado de S. Paulo*, 04 de agosto de 1932



Mapa 18- Praça da Sé, Centro, São Paulo.

Nesta foto é possível observar que o fotógrafo estava no lugar mais alto, provavelmente no púlpito, onde a valorização da imagem são os soldados, poderia ele estar numa outra posição onde mostrasse que ali seria realizada uma missa fotografando o padre e seus adereços para a cerimônia, mas escolheu dar visibilidade aos soldados em formação. É possível ver, também, que ante os soldados e o púlpito há uma outra quantidade de pessoas, mas o foco de seu tema é a formação militar de parte do público que partiria para a guerra, público a quem a missa fora dedicada. Esta é uma imagem para a qual a legenda se faz de grande importância, pois como não há elementos que nos mostram qual o teor do evento, a missa é informada por meio de uma descrição textual.

Outro elemento de relevância é o fato de a igreja cujo público assiste a missa não ser a catedral que conhecemos hoje na praça da Sé, pois em 1932 a atual igreja ainda estava em construção, mas que também nos mostra a importância que se dava àquele espaço geográfico ao ponto de se derrubar a antiga para a construção da nova, no começo dos anos 1910. Há também que se considerar a escolha feita do local onde a missa se realizaria, pois dentre todas as igrejas da cidade a escolhida para esta missa foi justamente a Sé, o marco zero da cidade, próximo aos lugares que na época tinham grande importância no cotidiano social da cidade, o hoje conhecido como centro velho.

A religiosidade retratada no jornal durante a guerra é uma, é o catolicismo a religião oficial do estado, como se toda a São Paulo comungasse dos mesmos ritos religiosos, mas também pode ser visto como uma manifestação política dos membros da igreja Católica do estado, um posicionamento bem definido onde diversas missas foram feitas antes de os soldados embarcarem para a frente de batalha. Uma pergunta salta: estariam as outras religiões interessadas em política e especificamente nos motivos que levaram São Paulo a um confronto bélico?

Também é notório que as missas foram parte de uma campanha de arregimentação de soldados e voluntários para a guerra; fizeram parte da organização da estrutura bélica no qual os rituais pelos quais os voluntários de guerra eram submetidos passavam pela fé católica, ou seja, ao formar-se soldado e estar apto a embarcar obrigatoriamente o soldado deveria participar do rito da missa celebrada dentro de seu batalhão independente de seu credo. Nos jornais não foram encontrados, pronunciamentos, palavras ou manifestações feitas diretamente por membros da igreja católica; a instituição apresenta-se apenas na parte que cabe às missas tal qual os

voluntários que se apresentavam e ao ser recrutados exerciam apenas as atividades de sua formação.

Tema da fotografia 20: Frente de batalha



Imagem 22- *O Estado de S. Paulo*, 22 de julho de 1932

A respeito do tema fotográfico que envolve as frentes de batalha da guerra é interessante notar que na primeira edição do jornal *O Estado de S. Paulo* há somente duas fotografias sobre o tema: uma, dentro de um posto telegráfico no qual são mostrados quatro trabalhadores na realização de seu ofício dentro do posto.

Já na imagem acima notamos um campo de batalha aberto, sem trincheiras em um espaço geográfico montanhoso rodeado de árvores, uma imagem que exigiu de seu autor além de uma boa máquina, um conjunto de lentes que possibilitasse a captação da vastidão do território. É possível que atrás do local onde o fotógrafo estava posicionado funcionasse o acampamento de alguma tropa que ele acompanhava. Importante ressaltar que a fotografia data de 22 de julho de 1932, ou seja, havia apenas 13 dias que a guerra havia começado. Pode-se supor que ainda as tropas estavam levantando acampamento e reconhecendo o terreno.

É sabido que *O Estado de S. Paulo* publicou diversas fotografias da frente de batalha do lado das tropas constitucionalistas, o motivo pelo qual na edição matinal não se colocava em

circulação determinados temas fotográficos ocorria pela intencionalidade que o jornal assumira, pois, ao que tudo indica, esta edição estava comprometida principalmente em mobilizar a população e angariar recursos e donativos para a guerra. Buscava demonstrar a estrutura organizacional civil no estado, por meio das diversas entidades administradas pela própria população como as diversas Casa do soldado, Cruzada Pró-Infância, Liga das Senhoras Católicas, etc. para garantir que São Paulo saísse vitorioso.

Considerações finais

Quando esta pesquisa foi iniciada, buscou-se responder porque o monumento correspondente a revolução de 1932 estava no bairro do Brooklin se o mote usado pelos meios de comunicação para o levante foram os tiros que haviam sido disparados na praça da República resultando na morte dos que foram colocados como mártires dos acontecimentos, a resposta veio com o desenrolar das fontes no qual constatou-se que o início do confronto não foi no prédio onde estavam os integrantes do partido que apoiava os tenentes, mas bem antes, quando Vargas inicia seu plano de governo e deixa descontente a camada mais rica da população de São Paulo.

A desavença começa já em 1930, e quando da morte dos quatro jovens colocados como símbolo dos acontecimentos muita água já tinha passado por debaixo da ponte, muito comício no atual centro velho, muita conspiração e planejamento para a derrubada de Getúlio, hoje é possível considerar que o símbolo desta revolução não foram os mortos M. M. D. C., mas uma classe social que naquele 1932 tinha como espaço de atuação o Largo São Bento, a Praça do Patriarca, a rua Libero Badaró, o Largo do Tesouro, a Praça da Sé, tratava-se de uma outra São Paulo.

Esta outra São Paulo reconfigura-se ao longo do tempo, ocupa novos espaços e abandona os antigos, move-se pela cidade carregando e ressignificando uma memória construída pela elite paulistana, daí a explicação da construção de um gigantesco monumento num espaço planejado para abrigar esta camada rica da população durante as comemorações do quarto centenário da cidade, o bairro do Brooklin seria o “abrigo dos paulistas quatrocentões”.

Assim como a geolocalização dessa população moveu-se ao longo do tempo, o discurso em torno dos acontecimentos de 1932 também ganhou outros tons com o passar dos anos, no dia 09 de julho de 1954, quando das comemorações do quarto centenário da cidade *O Estado de S. Paulo* noticiou a homenagem que o estado recebera no Catete pelo deputado e ex-combatente Hebert Levy:

O representante udenista lembrou, sem disfarçar a sua comoção, a participação anônima do povo na revolta de 32, manifestada em gestos de desprendimento e atos de heroísmo já recolhidos pela história. E não era apenas um movimento de paulistas, mas reunira filhos de outros Estados irmanados aos bandeirantes na luta por nobres ideais. (*O Estado de S. Paulo*, 09 de julho de 1954)

No trecho do discurso do parlamentar é possível notar uma breve mudança no qual os acontecimentos são nomeados como revolta de 32 e a incorporação de outros estados na

composição do discurso do que foi 32 em São Paulo. No acervo do *Estadão*¹⁷ quando se pesquisa no tópico de algum acontecimento noticiado pelo jornal, preservou-se o termo Revolução de 1932 e inseriu-se pequenas mudanças no discurso:

Em 1932 a capital era um barril de pólvora. A maioria da população era a favor das exigências das elites. Havia ainda um grupo de tenentes do clube 3 de outubro que eram a favor do golpe de Getúlio e contra as reformas exigidas. Grandes comícios começaram a acontecer na capital paulista. (*O Estado de S. Paulo* <https://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos,revolucao-de-1932,892,0.htm>)

Neste trecho aparentemente o jornal assume que os acontecimentos de 32 estavam ligados a um anseio da elite paulista e que a população engajou-se no movimento, não é um discurso que exprime o papel mobilizador que o jornal exerceu sobre a população, mas demonstra um ponto de partida, mesmo que neutralizando o papel desta elite. Outro ponto que destaca-se no mesmo texto é o jornal assumir a derrota na guerra:

Com tantos problemas, a revolução foi derrotada. Em 2 de outubro, na cidade de Cruzeiro, as forças paulistas se entregam ao líder da ofensiva federal. Apesar de ter sido derrotado no campo de batalha, politicamente o movimento atingiu seus objetivos. A luta pela constituição foi fortalecida, e em 1933 as eleições foram realizadas colocando o civil Armando Sales como governador do estado. (*O Estado de S. Paulo* <https://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos,revolucao-de-1932,892,0.htm>)

Esta derrota assumida assim, com ares de vitória, por conta das eleições que já estavam marcadas antes do levante custou caro aos paulistas de 1932, pois como todos os jornais faziam o controle da informação, não chegava a população as notícias de perdas do exército constitucionalista, para muitos foi impactante a chegada dos federalistas num momento em que a população acreditava que estavam vencendo.

Assim, é possível inferir que o papel exercido pelo jornal *O Estado de S. Paulo* foi um tanto quanto perigoso, utilizou-se de todo um aparato técnico de informações contra uma população de maioria analfabeta, convencendo-a por meio de omissões de que o melhor para toda a população seria o que desejava uma pequena parcela de ricos paulistas administradores, industriais, banqueiros, grandes proprietários rurais etc.

Por conta do poder econômico e social dos que ansiavam a queda de Getúlio deve-se entender que sozinho o jornal não mobilizaria toda a população, este foi parte de uma sistema bem maior de arregimentação, organização e difusão da informação, a parte que lhe coube e que

¹⁷ <https://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos,revolucao-de-1932,892,0.htm>

se encarregou o presente trabalho, foi o de constatar que a função do jornal era o de angariar os recursos e o pessoal necessários para a manutenção da guerra e nisto o *Estadão* fez muito bem.

A questão que pairou ao fim do trabalho foi o posicionamento da população, seria justo entendê-la como uma massa de pessoas que foram convencidas a partirem para a guerra, ou esta estava consciente de seu papel político nos acontecimentos políticos?

Estaria mesmo o mito do bandeirante tão vivificado no inconsciente das pessoas em 1932 que fora capaz de espelhar as identidades das camadas mais pobres da população, fazendo com que homens e mulheres que não estavam dentro do padrão discursivo de pessoas brancas ricas e classe médias “do ser bandeirante” ao ponto mobilizar e aglutinar os paulistas numa guerra tão cara aos envolvidos?

Desta questão surge uma outra, como o mito do bandeirante criado pelas elites paulista configurou um discurso racista e segregacionista no qual colocou toda a população não branca paulista, e ao norte do país numa posição de inferioridade moral, intelectual, social e até biológica, justificado pelo desenvolvimento econômico e endossado cientificamente?

É também outro problema a ser resolvido o modo como esta elite política e econômica de São Paulo orquestrou a guerra discursiva transparecendo que a busca por uma constituição estava muito mais afinada com uma ideia de continuidade de poderes anterior á Vargas do que alinhavado com discursos de democracia, pois esta última quebraria uma visão hierarquizante entre os estados da federação e colocaria nortistas e sudestinos no mesmo patamar de direitos e decisões políticas, algo que aparentemente não agradava os que alimentavam a ideia de “São Paulo locomotiva do Brasil”.

São questões difíceis de resolver numa monografia, mas que em pesquisas mais profundas em níveis de mestrado e doutorado podem oferecer caminhos para entender o *modus operandi* não apenas do jornal *O Estado de S. Paulo*, mas de toda a mídia envolvida na manipulação e difusão da opinião em torno dos acontecimentos e na mobilização da população e como esta respondeu ao bombardeio de notícias, na maioria das vezes enviesadas para um modo de pensar e agir social e politicamente desejável por uma elite.

Assim finalizo este trabalho, acreditando que 1932 realmente foi como disse Getúlio:

– Uma aventura sinistra.

Bibliografia

AMARAL, Pedro Ferraz do. *A Guerra Cívica de 1932*. (Resumo da obra em seis volumes de Paulo Nogueira Filho). São Paulo: Sociedade Veteranos de 32 - MMDC, 1982.

ATIQUE, Fernando. *Memória moderna: a trajetória do Edifício Esther*. São Paulo: Rima/FAPESP, 2004.

BARTHES, Roland. “A câmara clara: nota sobre a fotografia”. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

_____. “A mensagem fotográfica” IN: *O óbvio e o obtuso*. Lisboa: Edições 70, 1984.

BENJAMIN, Walter. “Pequena história da fotografia”. in *Magia e Técnica, Arte e Política - ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, volume I, 3ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BERGER, John. “Para entender uma fotografia”. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BURKE, Peter. *A escrita da História – novas perspectivas*. São Paulo, UNESP.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO Maria Lígia. *O bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

FERNANDES, Florestan. *A revolução constitucionalista e o estudo sociológico da guerra*, Revista do Arquivo Municipal, São Paulo (123): 23-35, mar.

FERREIRA, Antonio Celso. “A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)”. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

GINZBURG, C. *Sinais – raízes de um paradigma indiciário*. In: Ginzburg, C. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MARINS, P. *O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista*. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 6, n. 1, p. 9-36, 1 jan. 1999.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. “A fotografia como documento - Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico”. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. jan/jun 2003, p. 131-151, 2003.

MISTRELLO, Lucas Palma. “Palavras de revolução e guerra: discursos da imprensa paulista em 1932”. 1º Ed. - Jundiaí: Paco, 2018.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, in: *Projeto História*. São Paulo, PUC, Nº 10, Dez. 1993, p. 07-28.

KOSSOY, Boris. “Fotografia & História”. 2º ed. revisada – São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

_____. “Realidades e Ficções na Trama Fotográfica”. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

_____. “Os tempos da Fotografia: o efêmero e o perpétuo”. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

POLLAK, Michael. “*Memória e Identidade Social*”. in.: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 5 (10): 200-212. 1992.

SANTOS, Marco Cabral dos; MOTA, André. “*São Paulo 1932: memória, mito e identidade*”. São Paulo: Alameda, 2010.

SILVA, Hélio Ribeiro da. 1932: a guerra paulista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

SONTAG, Susan. “*Sobre fotografia*”. Tradução Rubens Figueiredo. - 1º ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEINSTEIN, Bárbara. Inventando a “mulher paulista”: política, rebelião e a generificação das identidades regionais brasileiras. Niterói, v.5, n.1, p. 71-95, 2º. sem. 2004.

_____. Racializando as diferenças regionais: São Paulo X Brasil, 1932. Revista Esboços, Florianópolis, v. 13, n. 16, p. 281-303, 2006.

Créditos das imagens

Imagem 01. *O Estado de S. Paulo*, 22 de julho de 1932

Imagem 02. *O Estado de S. Paulo*, 14 de agosto de 1932

Imagem 03. *O Estado de S. Paulo*, 14 de julho de 1932

Imagem 04. *O Estado de S. Paulo*, 13 de julho de 1932

Imagem 05. *O Estado de S. Paulo*, 26 de setembro de 1932

Imagem 06. *O Estado de S. Paulo*, 07 de setembro de 1932

Imagem 07 . *O Estado de S. Paulo*, 20 de setembro de 1932

Imagem 08. *O Estado de S. Paulo*, 15 de julho de 1932

Imagem 09. *O Estado de S. Paulo*, 27 de julho de 1932

Imagem 10. *O Estado de S. Paulo*, 11 de julho de 1932

Imagem 11 . *O Estado de S. Paulo*, 26 de julho de 1932

Imagem 12. *O Estado de S. Paulo*, 19 de julho de 1932

Imagem 13. *O Estado de S. Paulo*, 12 de julho de 1932

Imagem 14. *O Estado de S. Paulo*, 13 de agosto de 1932

Imagem 15. *O Estado de S. Paulo*, 13 de agosto de 1932

Imagem 16. *O Estado de S. Paulo*, 30 de julho de 1932

Imagem 17. *O Estado de S. Paulo*, 07 de agosto de 1932

Imagem 18. *O Estado de S. Paulo*, 12 de julho de 1932

Imagem 19. *O Estado de S. Paulo*, 10 de agosto de 1932

Imagem 20. *O Estado de S. Paulo*, 20 de agosto de 1932

Imagem 21. *O Estado de S. Paulo*, 04 agosto de 1932

Imagem 22. *O Estado de S. Paulo*, 22 de julho de 1932

Créditos dos mapas¹⁸

Mapa 01. Geolocalização das fotografias no Sara Brasil, Cidade de São Paulo

Mapa 02. Geolocalização das fotografias no Sara Brasil, Rua Brigadeiro Tobias, Centro, São Paulo

Mapa 03. Geolocalização das fotografias no Sara Brasil, Estação do Norte, Brás, São Paulo

Mapa 04. Geolocalização das fotografias no Sara Brasil, Rua Guilherme Maw, Bom Retiro, São Paulo

Mapa 05. Geolocalização das fotografias no Sara Brasil, Rua XV de Novembro, Centro, São Paulo

Mapa 06. Geolocalização das fotografias no Sara Brasil, Praça da República, Centro, São Paulo

Mapa 07. Geolocalização das fotografias no Sara Brasil, Rua Padre Chico, Perdizes, São Paulo

Mapa 08. Geolocalização das fotografias no Sara Brasil, Largo do Palácio, Centro, São Paulo

Mapa 09. Geolocalização das fotografias no Sara Brasil, Campo de Marte, Sant' Anna, São Paulo

Mapa 10. Geolocalização das fotografias no Sara Brasil, Campo de Marte, Sant' Anna, São Paulo

Mapa 11. Geolocalização das fotografias no Sara Brasil, Estação do Norte, Brás, São Paulo

Mapa 12. Geolocalização das fotografias no Sara Brasil, Rua Martha, Campos Elísios, São Paulo

Mapa 13. Geolocalização das fotografias no Sara Brasil, Rua da Cantareira, Parque Dom Pedro, São Paulo

Mapa 14. Geolocalização das fotografias no Sara Brasil, Rua Santa Isabel, Centro, São Paulo

Mapa 15. Geolocalização das fotografias no Sara Brasil, Rua Libero Badaró, Centro, São Paulo

Mapa 16. Geolocalização das fotografias no Sara Brasil, Rua Barão de Limeira, Centro, São Paulo

Mapa 17. Geolocalização das fotografias no Sara Brasil, Rua Madalena, Vila Madalena, São Paulo

Mapa 18. Geolocalização das fotografias no Sara Brasil, Praça da Sé, Centro, São Paulo

18 Todos os mapas foram obtidos na base Sara Brasil, disponível em http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx, acessado em 28 de setembro de 2019.